



Análise da crise e impactos para os pequenos negócios

1ª edição



Análise da crise e impactos para os pequenos negócios

Presidente do Conselho Deliberativo

Carlos Humberto Mannato

Diretor-superintendente

Pedro Gilson Rigo

Diretor de Atendimento

José Eugênio Vieira

Diretor Técnico

Luiz Henrique Toniato

Equipe Responsável

Christiane Barbosa e Castro

Eduardo Rodrigo Donatelli Simoes

Izolina Passos Siqueira

João Vicente Pedrosa Moreira

Renata Agostini Vescovi

Apoio Técnico

Alline Zanoni Rodrigues Batista

Doralice da Silva

Handerson da Silva Siqueira

Herberth Andrade de Paiva Goncalves

Stephanie Coura Barbosa Silva

© 2020. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE/ES Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9610).

INFORMAÇÕES E CONTATOS

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/ES

Rua Belmiro Rodrigues da Silva, 170 – Enseada do Suá, Vitória/ES -

Telefone: 0800 570 0800

Site:

www.es.sebrae.com.br



Apresentação

Os impactos da pandemia causada pela Covid-19 se espalham pelo mundo. Cientistas ainda buscam a vacina para a cura, enquanto os contágios e óbitos se multiplicam e assustam a população. Diferente do ritmo acelerado em que a doença se alastra entre os continentes, muitos países tentam retomar as atividades seguindo rígidos protocolos de convivência com várias dúvidas e uma certeza: o “novo normal” vai exigir novos hábitos.

Com o compromisso de contribuir para uma análise dos diversos cenários provocados por esta pandemia e auxiliar estrategicamente o Sebrae e as instituições parceiras na construção de novos rumos, o documento cumpre um papel fundamental de organizar, agrupar e estabelecer uma análise crítica dos diversos temas inerentes aos pequenos negócios nesta pandemia.

Trata-se de orientações para um necessário reposicionamento estratégico útil às organizações e empresas, neste caso em especial, as pequenas empresas que precisam de apoio para sobreviverem. A pandemia provoca efeitos diversos, desde o mercado de capitais ao comportamento das pessoas na sociedade. Contribuir para entender este novo momento é um dos objetivos do estudo.

O Sebrae, através da assessoria, tem analisado constantemente todos os comportamentos da economia e da política e prestado especial atenção ao tema “saúde pública”. O papel fundamental do Sebrae é contribuir para reverter os efeitos econômicos e sociais causados pela Covid-19, atuando como um suporte aos pequenos negócios.

Esta edição está organizada em 21 artigos, em três eixos estratégicos que, juntos, provocam efeitos que impactam diretamente no funcionamento do pequeno negócio:

- Política
- Economia
- Saúde

Não é nossa pretensão esgotar ou determinar conclusões definitivas sobre os temas. Nosso objetivo é estimular debates, expor reflexões e, conjuntamente com as entidades representativas dos MPEs e demais instituições, construir estratégias estruturantes frente aos novos desafios.

O documento é dinâmico com atualizações e inserções de novos temas que tragam reflexões úteis. O Sebrae que queremos é o Sebrae que o Espírito Santo e o Brasil precisam para enfrentar o maior desafio econômico deste século.

Boa leitura!

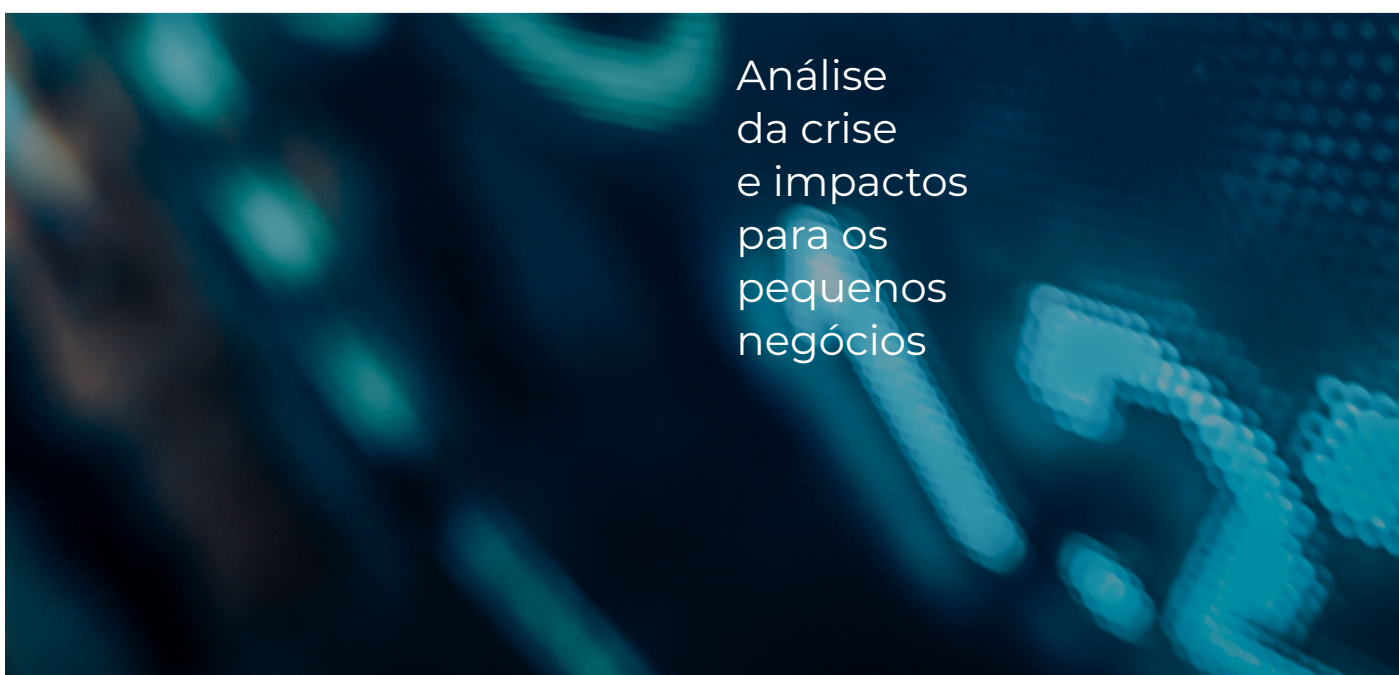
Pedro Gilson Rigo

Diretor Superintendente do SEBRAE/ES



Sumário

A - Economia	5
1. Perspectivas pra o PIB 2020 e 2021	6
2. Comprometimento Fiscal da Máquina Pública	16
3. Flexibilização Fiscal / Tributária Para as Empresas – Tendências	25
4. Dólar	29
5. Dívida Pública	34
6. MEI – Expectativas e Desafios	43
7. Desemprego	49
8. Endividamento das Empresas	56
9. Crédito	62
10. Mais Digital	70
11. Novos Modelos de Negócios	75
12. Barreiras Internacionais e Exportações	79
13. China: Retomada Mundial – Desafios e Oportunidades	83
B - Política	89
14. Confiança e Perspectivas dos Agentes Econômicos	90
15. Neoliberalismo em Xequê	99
16. Privatizações	105
17. Reformas Administrativa e Tributária	109
18. Lei da Liberdade Econômica	114
19. Polarização Política	117
C - Saúde	123
20. Medicina, Pesquisa e Ciência	124
21. A Curva da Pandemia no Espírito Santo	132



Análise
da crise
e impactos
para os
pequenos
negócios

1.0

> **Perspectivas para o PIB 2020 e 2021**

Por Christiane Barbosa e Castro

As medidas dos governos para evitar o colapso dos sistemas de saúde, na tentativa de preservar o maior número de vidas, têm inevitáveis consequências na economia.

Diante de um cenário incerto e sem precedentes, há diferentes projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) neste ano e em 2021. O Boletim Focus, do Banco Central, divulgado toda segunda-feira com a opinião de mais de 100 instituições financeiras, tem mostrado queda consecutiva desse índice há mais de dois meses¹. O último boletim, até o fechamento deste trabalho, em 2 de junho de 2020, projetou redução de 6,25% pontos percentuais para 2020 e crescimento de 3,5% em 2021.

As consequências da expressiva queda esperada do PIB serão várias, e devem variar para pior à medida que aumentar o tempo de isolamento. Na prática, já estão a pleno vapor as dispensas de empregados e a consequente redução da massa de salários, a queda da renda dos informais e uma severa contração do consumo.

Se não restam dúvidas do imenso impacto econômico, social e político e de que não voltaremos a ser o que éramos antes da crise, não se sabe o quanto as mudanças de costumes esperadas para o período pós-pandemia vão afetar a economia. Vislumbra-se grande redução das viagens a negócios, com a consolidação das reuniões por vídeo, bem como das viagens a lazer, evitando-se o transporte aéreo. Alterações em shows e eventos também devem permanecer. Alimentação fora do lar deverá sofrer grandes ajustes. O trabalho tende a se tornar semipresencial, com alternância de dias de home office ou, em muitos casos, migrará integralmente para essa modalidade, visto a economia de custos que gera para as empresas. Muitas adaptações ainda deverão ser feitas, em todos os setores produtivos, visando à segurança para o indivíduo. Haverá novos modelos de negócios e novas oportunidades serão geradas.

¹ BANCO CENTRAL, Boletim Focus.

Modelagens do Banco Mundial sugerem que o PIB do Brasil pode sofrer uma redução de cerca de 1,1 ponto percentual por mês em isolamento, mas ainda há muitas incertezas². Já a Secretaria de Política Econômica (SPE) prevê perda de R\$ 20 bilhões no PIB a cada semana de isolamento social, informando ainda que a situação pode se agravar. Portanto, a evolução da pandemia no Brasil vai comprometendo progressivamente os indicadores econômicos, ampliando as falências, o desemprego e outras consequências negativas de longo prazo.

Essa previsão faz parte de uma das duas notas informativas divulgadas pela SPE no último dia 13 de maio, intituladas: 1) Impactos Econômicos da Covid-19 e 2) Uma análise da crise gerada pela Covid-19 e a reação de política econômica.

Segundo a primeira nota, o ineditismo da crise impôs desafios adicionais para a projeção da atividade econômica, visto que modelos normalmente utilizados para a projeção do PIB se mostraram ineficazes para o atual momento. O crescimento passou a depender fundamentalmente da evolução da crise sanitária global, que ainda suscita muita incerteza e a paralisação de algumas atividades em magnitude nunca observada, dificultando a estimação de cenários prospectivos, em especial no mercado de trabalho e na saúde financeira das empresas³. Conclui que, quanto mais tempo permanecermos em regime de isolamento social, maior será a perda de arrecadação das empresas e, logo, maior o seu endividamento, promovendo um número crescente de falências e destruição de postos de trabalho.

A segunda nota técnica classifica a crise gerada pela pandemia como um dos maiores desafios de política econômica já enfrentados pela sociedade brasileira, só encontrando paralelo na Gripe Espanhola de 1918⁴. O documento indica uma resposta às repetidas críticas que o Brasil vem sofrendo, relativas à estratégia ou à ausência de um plano claro de enfrentamento à crise, ao mesmo tempo que defende o avanço nas reformas econômicas, como essenciais para uma recuperação mais rápida da economia.

² FOLHA DE SÃO PAULO, em 5 de maio de 2020. O impacto da pandemia de Covid-19 na economia brasileira: preservando a vida e o sustento.

³ SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA, em 13 de maio de 2020. Nota Informativa - Medidas de combate aos efeitos econômicos da Covid-19.

⁴ SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA, em 13 de maio de 2020. Nota Informativa - Uma análise da crise gerada pela Covid-19 e a reação de política econômica.

⁵ VALOR ECONÔMICO, em 12 de maio de 2020. O desafio do crescimento em meio à pandemia.

Segundo essa nota técnica, as medidas econômicas de enfrentamento à crise são divididas em cinco grupos, que têm efeitos no PIB com maior ou menor intensidade, pois visam a salvar vidas (envolvem construção e modernização de hospitais, além de compra de equipamentos e insumos, fazendo girar a economia) e preservar empregos e empresas. São elas:

- 1) Transferência de recursos para a área de saúde;
- 2) Ajuda à população carente;
- 3) Preservação de empregos e empresas;
- 4) Aumento da liquidez para irrigar o mercado de crédito;
- 5) Transferência de recursos a estados e municípios para que possam absorver a abrupta perda de receita pública.

O documento aponta o desemprego, o retorno/ingresso de milhões de famílias para baixo da linha da pobreza e a falência de um número substancial de empresas como aspectos que dificultarão a recuperação, tornando os custos incalculáveis. E apresenta como antídoto ao dramático cenário apresentado a adoção de políticas públicas mais eficientes. Defende ainda como medidas para o Brasil retomar o "caminho da prosperidade":

- O avanço na abertura econômica;
- A expansão e o fortalecimento do mercado de crédito, de garantias e de capitais;
- A agenda de privatização e concessão;
- A reforma tributária;
- O PL de saneamento;
- O choque da energia barata;
- A revisão das desonerações e subsídios públicos;
- A desburocratização na abertura e fechamento de empresas;
- Uma "agenda pró-mercado".

Em função da crise, o Brasil terminará 2020 com o menor crescimento médio desde 1900. O crescimento global do ano deve também ser o menor desde 1950, quando começaram as estimativas confiáveis da atividade econômica. Caso o PIB retraia 5,9% neste ano, o Brasil terá tido um crescimento real de 0% nesta década.

Apesar da escassez de literatura acadêmica sobre os efeitos econômicos de pandemias, parece haver uma correlação positiva entre o nível de esforço de contenção da doença e o crescimento posterior. As principais medidas para atenuar a crise são "razoavelmente consensuais" entre os países, como a concessão de crédito para que empresas, especialmente as pequenas, não encerrem suas operações, investimento para aumentar a capacidade do sistema de saúde e programas de complementação de renda para a população mais vulnerável⁶. Contudo observa-se que, na efetivação das ações voltadas a pequenas e médias empresas, o Brasil tem se mostrado distante dos outros países, sobretudo os mais desenvolvidos.

Para a produção agropecuária, o cenário foi atualizado pelo Ministério da Agricultura: o Valor Bruto da Produção (VBP) deve alcançar R\$ 690 bilhões, ou seja, R\$ 6,8 bilhões a mais que o previsto em março. Isso representa um recorde para o país, com acréscimo de 7,6% frente ao previsto para 2019⁷.

A cafeicultura – atividade com maior participação no PIB agrícola do estado, além de ocupar o primeiro lugar na balança comercial dos produtos agrícolas – não deve ser muito afetada pela atual crise. A redução do consumo de café fora do lar deverá ser compensada pelo aumento do consumo em casa (onde há o componente do desperdício), que ampliou o consumo do solúvel, cuja espécie Conilon é a principal matéria-prima. Há ainda o impacto positivo da alta do dólar, apesar dos desafios na colheita, em função da segurança dos trabalhadores⁸.

Estudo da Organização Internacional do Café (OIC) indica a correlação entre queda no PIB global e consumo de café para esta crise, o que poderia resultar em estagnação ou redução na demanda mundial, até então em crescimento⁹. No entanto crises anteriores não resultaram em impactos efetivos no consumo.

Ao contrário das expectativas para a cafeicultura, o setor de petróleo e gás, também relevante para a economia capixaba, sofrerá impactos. O Espírito Santo receberá em 2020, R\$ 1,33 bilhão a menos em receitas com royalties e participações especiais, um cenário de perda mais profunda e prolongada do que a inicialmente esperada, significando 60% de redução frente aos R\$ 2,26 bilhões inicialmente orçados para este ano¹⁰.

Se há a certeza de que em 2021 a economia mundial estará extremamente abalada, ainda é desconhecida a reação e a efetividade das estratégias adotadas pelos países.

⁶ VALOR ECONÔMICO, em 12 de maio de 2020. O desafio do crescimento em meio à pandemia.

⁷ VALOR ECONÔMICO, em 22 de abril de 2020. Valor da produção agropecuária resiste à pandemia.

⁸ Live "O agro capixaba e a pandemia do coronavírus" (Revista Campo Vivo), em 12 de maio de 2020.

⁹ Site Café Point, em 15 de março de 2020.

¹⁰ VALOR ECONÔMICO, em 23 de abril de 2020. Rio e Espírito Santo refazem cálculos para royalties de petróleo.

No Brasil, o processo de recuperação tende a ser mais lento do que o observado nas principais economias¹¹. A materialização de vários riscos, como a lentidão do acesso às medidas de apoio econômico à população, a instabilidade política do país e a deterioração mais pronunciada das condições econômicas das principais economias do mundo, resulta em elevado grau de incerteza sobre as variáveis e ensejam constantes revisões de cenário¹².

Ao contrário das perspectivas estimadas para este ano, em 2021 projeta-se um crescimento que pode chegar a 3,2%¹³. No entanto tal crescimento não representa uma recuperação substancial da economia, mas, tão somente, "um resultado construído sobre uma base muito deteriorada de 2020"¹⁴.

Se a retomada do crescimento é essencial para a recuperação mais rápida da economia brasileira, a efetivação das reformas econômicas é defendida pelo governo como condição para tal, afetando diretamente o cenário para 2021¹⁵. Apesar do conjunto de medidas de caráter estrutural, visando a combater o desemprego e a pobreza, modernizar a lei de falências e estabelecer novas regras para garantias e capitais, as últimas análises do governo dão conta de que a economia só retornará aos níveis pré-crise em 2022.¹⁶

¹¹ XP INVESTIMENTOS, em 14 de maio de 2020. Revisão do cenário econômico: Efeitos da Covid-19 e deterioração do cenário se intensificam.

¹² Idem.

¹³ BANCO CENTRAL, Boletim Focus. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>.

¹⁴ SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA, em 13 de maio de 2020. Nota Informativa - Medidas de combate aos efeitos econômicos da Covid-19.

¹⁵ O GLOBO, em 15 de maio de 2020. Governo estima que Brasil perderá 3 milhões de vagas com carteira em 2020.

¹⁶ O GLOBO, em 15 de maio de 2020. Governo estima que Brasil perderá 3 milhões de vagas com carteira em 2020.

Impactos: Cenários Sebrae (cliente, público-alvo)

> Pontos positivos

- Estruturas produtivas sairão preservadas da crise por meio das políticas monetárias e fiscais.
- O problema está identificado, e a duração da crise é finita (poucos meses).
- Equipamentos revisados e modernizados para a retomada da produção.
- Renovação das experiências empresariais, implantação de melhores procedimentos, racionalidade administrativa e melhoria nos controles internos para baixar custos (foco na solução de problemas não aparentes em épocas normais).
- Forte busca/implementação de digitalização e emprego de ferramentas de TI.
- A crise, ao gerar necessidade de sobrevivência das MPEs, impulsiona a criatividade.
- O empresário brasileiro está acostumado a crises.
- A experiência de home office foi positiva e aumentou a produtividade.

Impactos: Cenários Sebrae (cliente, público-alvo)

> Pontos negativos

- Dificuldade para interpretar e aplicar todos os novos normativos / cumprimento das obrigações legais e regulamentares.
- Redução na demanda pelos produtos e serviços da empresa.
- Aumento na inadimplência do "contas a receber".
- Problemas no abastecimento devido à restrição de capacidade produtiva de fornecedores, causando ruptura de abastecimento.
- Rupturas de estoque de insumos e produtos acabados, impactando diretamente no atendimento aos clientes.
- Queda no volume de vendas em função da inexistência de canais de venda on-line.
- Falta de cultura de trabalho colaborativo em modelo remoto/virtual (home office), podendo afetar significativamente o desempenho dos colaboradores.
- Baixo nível de reservas e de capital de giro/impacto na liquidez.
- Falta de capacitação dos executivos e gestores para lidar com crise, gerando estresse, perda de foco e, em algumas situações, pânico.
- Velocidade na tomada de decisão é crucial: o adiamento de decisões difíceis na crise poderá custar mais caro depois. Adaptar-se é questão de sobrevivência.
- Dificuldades de implantar soluções digitais (acesso à tecnologia/serviços de TI).

Fontes

A dimensão da crise no Brasil e no mundo. Entrevista de Luiz Carlos Mendonça de Barros em live do Valor Econômico. 17 de abril de 2020.

FDC Carlos Braga. Disponível em: <file:///es.sebrae.corp/dados/Temporario/ASSESSORES/COVID%20-%20Retomada/Economia/FDC%20CARLOS%20BRAGA.pdf>.

Live da Totvs com Ricardo Amorim, em 16 de abril de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VNVsGmzz_aM.

BANCO DO BRASIL. Síntese Semanal 20/04/2020 a 24/04/2020 Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/pub/voce/private/dwn/SinteseSemanalPrivate.pdf>.

BANCO CENTRAL, Boletim Focus. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>.

FOLHA DE SÃO PAULO, em 5 de maio de 2020. O impacto da pandemia de Covid-19 na economia brasileira: preservando a vida e o sustento. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/rafael-munoz/2020/05/o-impacto-da-pandemia-de-covid-19-na-economia-brasileira-preservando-a-vida-e-o-sustento.shtml>.

OIC analisa consumo do café com a pandemia. Café Point, em 14 de abril de 2020. Disponível em <https://www.cafepoint.com.br/noticias/giro-de-noticias/oic-analisa-consumo-do-caffe-com-a-pandemia-219020/>.

VALOR ECONÔMICO, em 14 de maio de 2020. Governo revê projeção e estima queda do PIB de 4,7% em 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/05/14/governo-reve-projecao-e-estima-queda-do-pib-de-47-em-2020.ghtml>.

SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA, em 13 de maio de 2020. Nota Informativa - Medidas de combate aos efeitos econômicos da Covid-19. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2020/nota-informativa-medidas-fiscais-coronavirus-final-17_04.pdf.

SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA, em 13 de maio de 2020. Nota Informativa - Uma análise da crise gerada pela Covid-19 e a reação de política econômica. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2020/nota-uma-analise-da-crise-gerada-pela-covid19.pdf/view>.

VALOR ECONÔMICO, em 12 de maio de 2020. O desafio do crescimento em meio à pandemia. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/coluna/o-desafio-do-crescimento-em-meio-a-pandemia.ghtml>

Live "O agro capixaba e a pandemia do coronavírus", em 12 de maio de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CPfSjBYS_Lg.

FIRJAN. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/noticias-1/empresas-se-adaptam-na-crise-mas-relatam-dificuldade-de-acesso-ao-credito-1.htm?IdEditorialPrincipal=4028818B46DE6FAB0146DEB4A5F73E8D>.

Cenários de longo prazo – Revisão do cenário básico – Tendências Consultoria Integrada.

IPEA, 30 de março de 2020. Carta de Conjuntura n. 46. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2020/03/CC46_Vis%C3%A3o-Geral.pdf

VALOR ECONÔMICO, em 23 de abril de 2020. Riscos fiscais e políticos rondam Brasil em meio à crise, diz Sílvia Matos. Disponível em: <https://valor.globo.com/live/noticia/2020/04/23/riscos-fiscais-e-politicos-rondam-brasil-em-meio-a-crise-diz-silvia-matos.ghtml>.

Relatório KPMG – Impactos e respostas aos efeitos da Covid-19. Abril de 2020.

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/04/22/rio-e-espirito-santo-refazem-calculos-para-royalties-de-petroleo.ghtml>.

VALOR ECONÔMICO, em 22 de abril de 2020. Valor da produção agropecuária resiste à pandemia. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/04/22/valor-da-producao-agropecuaria-resiste-a-pandemia.ghtml>.

2.0

> **Comprometimento Fiscal da Máquina Pública**

Por Renata Agostini Vescovi

Medidas emergenciais foram anunciadas pelo governo federal para minimizar os impactos da Covid-19 na economia e auxiliar na sobrevivência das empresas nacionais (MEIs, MEs, EPPs e grandes empresas), prorrogando prazos para o recolhimento de tributos e também para a apresentação de documentos, conforme Portaria n. 139 e Instrução Normativa n. 1.932, ambas publicadas no dia 3 de abril de 2020 pelo Ministério da Economia.

Em síntese, os documentos trazem as seguintes informações:

a) Da apresentação de documentos fiscais:

Declaração de Débitos e Créditos e Tributários Federais (DCTF)

As DCTFs relativas aos meses de abril, maio e junho de 2020 deverão ser apresentadas até o 15º dia útil do mês de julho de 2020.

Escriturações Fiscais Digitais (EFC) – PIS/Pasep, Seguridade Social (Cofins), Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD Contribuições)

As transmissões das EFD-Contribuições relativas aos meses de abril, maio e junho de 2020 serão postergadas para o 10º dia útil do mês de julho de 2020.

b) Do recolhimento de tributos federais:

Contribuições previdenciárias (INSS).

Competência do mês de março de 2020 deverá ser paga no vencimento das contribuições devidas na competência do mês de julho de 2020.

Competência do mês de abril de 2020 deverá ser paga no vencimento das contribuições devidas na competência do mês de setembro de 2020.

Contribuições para o PIS/PASEP.

Competências de março e abril de 2020 deverão ser realizados até o 25º dia do mês subsequente ao de ocorrência do fato gerador das contribuições devidas nas competências de julho e setembro de 2020, respectivamente.

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Foi contemplada ainda a revisão de algumas alíquotas, como o IOF e IPI (incluindo importação de produtos hospitalares). De forma geral, tais medidas têm como propósito dar "fôlego financeiro" às empresas até que

o "pico" da epidemia esteja vencido e seja possível o retorno das atividades econômicas.

Todavia os efeitos dessas medidas já podem ser observados na arrecadação de impostos.

Segundo relatório emitido pela Receita Federal do Brasil (RFB), a arrecadação do mês de abril de 2020 apresentou queda de 28,95% em relação ao mesmo período de 2019, conforme quadro que segue.

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS
PERÍODO: MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2020
(ÚLTIMOS 12 MESES)

UNIDADE: R\$ MILHÕES

MÊS	ARRECADAÇÃO (PREÇOS CORRENTES)		VARIÇÃO (%)		
	MAI/19 - ABR/20 (A)	MAI/18 - ABR/19 (B)	NOMINAL (A)/(B)	REAL (IPCA) (A)/(B)	
				MÊS	ACUM.
mai/19	113.278	106.192	6,67	1,92	1,92
jun/19	119.946	110.855	8,20	4,68	3,32
jul/19	137.735	129.615	6,26	2,95	3,18
ago/19	119.951	109.751	9,29	5,67	3,78
set/19	113.933	110.664	2,95	0,06	3,06
out/19	135.202	131.880	2,52	(0,02)	2,48
nov/19	125.161	119.420	4,81	1,48	2,34
dez/19	147.501	141.529	4,22	(0,08)	1,98
jan/20	174.991	160.426	9,08	4,69	2,37
fev/20	116.430	115.062	1,19	(2,71)	1,90
mar/20	109.718	109.854	(0,12)	(3,32)	1,48
abr/20	101.154	139.030	(27,24)	(28,95)	(1,31)
TOTAL	1.515.001	1.484.277	2,07	-	(1,31)



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Em relação aos estados e municípios essa situação deve se repetir.

O ICMS – imposto vinculado à circulação de mercadorias – deverá ser fortemente impactado pela paralisação do comércio motivada pelo isolamento social. O estado de São Paulo já registrou queda de 19% no mês de abril e prevê resultados mais pessimistas para os meses de maio e junho.

No Espírito Santo, as previsões são também preocupantes, visto que alguns municípios já apresentavam elevado grau de endividamento antes da crise. Além da redução de recebimentos do ICMS, o Espírito Santo será ainda impactado com a oscilação no valor do barril do petróleo, comprometendo o recebimento de royalties.

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE/ES) divulgou o Boletim Extraordinário 03/2020, projetando três possíveis cenários (otimista = A, moderado = B e pessimista = C) para as finanças do estado no ano de 2020, retratando os impactos fiscais da pandemia nas finanças públicas estaduais, conforme quadro a seguir, extraído do boletim, que traz ainda projeções feitas por município.

CENÁRIOS PARA AS FINANÇAS DO ESTADO - 2020

EM MILHÕES R\$

ITEM	2019 REALIZADO	CENÁRIO A (OTIMISTA)		CENÁRIO B (MODERADO)		CENÁRIO C (PESSIMISTA)	
		VALOR	VAR(%)	VALOR	VAR(%)	VALOR	VAR(%)
RECEITAS TOTAIS	19.465,16	17.519,49	-10,00%	16.613,49	-14,7%	16.180,52	-16,9%
1-RECEITAS CORRENTES	19.021,72	17.104,08	-10,1%	16.198,08	-14,8%	15.765,10	-17,1%
2-RECEITAS CAPITAL	443,44	415,41	-6,3%	415,41	-6,3%	415,41	-6,3%
DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	16.815,38	17.543,81	3,8%	17.074,73	1,5%	17.074,73	1,5%
3-DESPESAS CORRENTES	14.956,82	15.619,00	4,4%	15.298,07	2,3%	15.298,07	2,3%
4-DESPESAS DE CAPITAL	1.858,56	1.834,82	-1,3%	1.776,66	-4,4%	1.776,66	-4,4%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	2.649,78	65,68	-97,5%	(461,24)	-117,4%	(894,21)	-13,7%
APOORTE JUDICIÁRIO	160,50	180,00	-	180,00	-	180,00	-
RESULTADO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO	824,70	700,00	-	650,00	-	600,00	-
MARGEM FISCAL	1.664,58	(814,32)	-	(1.291,24)	-	(1.674,21)	-

Nota: Os dados incluem a ajuda financeira da União relativa ao Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.
Tabela 1 - Cenários para as finanças do Estado.

Ainda naquele mês, antes do avanço da Covid-19 no Espírito Santo, já era possível verificar déficit em todos os cenários projetados, demonstrando a insuficiência de recursos para ampliar investimentos ou serviços, em especial os relacionados à saúde.

A fim de destacar e comparar os principais indicadores e resultados da gestão dos recursos públicos estaduais, o TCE/ES disponibiliza o Painel de Controle da Macrorregião Governamental.

Conforme dados publicados no relatório emitido no mês de abril de 2020, se compararmos a receita do Espírito Santo com a do ano anterior, os resultados apontam para decréscimo, considerando tanto o desempenho do mês de abril (-31,19%) quanto o período de janeiro a abril (-11%).

Receita total

(em R\$ milhões)

● 2019 ● 2020

>> PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATUALIZADA	18.369,53	19.761,61
>> RECEITA ARRECADADA (EM ABRIL)	2.165,82	1.490,27
>> RECEITA ARRECADADA (ATÉ ABRIL)	6.557,39	5.836,10
>> MÉDIA MENSAL ARRECADADA	1.639,35	1.459,03

Fonte: Sigefes e CidadES

No que tange às despesas, os resultados são na direção contrária, demonstrando aumento em todas as análises: despesas empenhadas, liquidadas e pagas.

Despesa empenhada, liquidada e paga

(em R\$ milhões)

● 2019 ● 2020

>> DESPESA EMPENHADA (EM ABRIL)	491,00	496,64
>> DESPESA EMPENHADA (ATÉ ABRIL)	13.109,73	14.509,04
>> DESPESA LÍQUIDA (EM ABRIL)	1.371,45	1.372,80
>> DESPESA LÍQUIDA (ATÉ ABRIL)	4.811,91	5.168,34
>> DESPESA PAGA (ATÉ ABRIL)	4.646,83	4.988,74

Fonte: CidadES

O relatório apresenta ainda análise do resultado orçamentário do Espírito Santo, destacando que "com uma receita menor e despesa maior, o resultado orçamentário teve uma forte redução em relação ao mesmo quadrimestre de 2019, caindo de R\$ 1,74 bilhão para R\$ 667,76 milhões, uma queda de 61,7%".

Resultado orçamentários

(em R\$ milhões)

● até abr/19

● até abr/20

>> RECEITAS REALIZADAS	6.557,39	5.836,10
>> DESPESAS LIQUIDADAS	4.811,91	5.168,34
>> RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	1.745,48	667,76

Todavia, nos últimos anos, o Espírito Santo tem apresentado desempenho favorável no que tange à gestão das contas públicas, tendo recebido boas avaliações junto ao Tesouro Nacional. Dessa forma, acredita-se que o estado possa ter melhores condições de captar investimentos e, segundo Boletim Extraordinário do TCE/ES, de março de 2020, o Espírito Santo "pode sair na frente. Isso porque a boa condição acumulada anteriormente propicia, hoje, uma melhor adaptação frente aos impactos negativos que virão e, principalmente, uma maior capacidade de resposta do poder público no sentido da atuação emergencial necessária em uma crise desta magnitude" (p. 44).

No que tange à ajuda do governo federal aos estados e municípios, foi instituído o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARSCoV-2 (Covid-19) – PL 39/2020, que contempla a transferência de recursos para estados e municípios para despesas com o enfrentamento da pandemia, a suspensão dos pagamentos de dívidas dos estados com a União e a reestruturação de operações de crédito interno e externo. O pacote totaliza recursos na ordem de R\$ 120 bilhões.

O texto aprovado pelo Senado prevê a liberação de R\$ 60 bilhões para estados e municípios. Destes, R\$ 10 bilhões são de uso exclusivo para aplicação na saúde e o restante de livre para aplicação, sendo R\$ 25 bilhões para estados e R\$ 25 bilhões para municípios. Os critérios para distribuição deverão considerar perdas de arrecadação do ICMS, população e cota de participação no Fundo de Participação de Estados e Municípios.

Quanto à dívida dos estados para com a União, o prazo para pagamento foi suspenso até dezembro de 2020.

Impactos: Cenários Sebrae

> Pontos positivos

- Como o Espírito Santo possui contas mais equilibradas do que os demais estados, poderá ter vantagens no processo de retomada da economia, atraindo novos investimentos e oportunidades para o estado.

- Novos postos de trabalho poderão ser abertos, e a economia poderá ser novamente aquecida, favorecendo os pequenos negócios (comércio e serviços).

> Pontos negativos

- Demora na retomada da economia, ampliando a queda na arrecadação de ICMS.

- Necessidade de aumento de impostos.

- Retração do consumo gerada pelo desemprego e pela perda do poder de compra da população.

- Aumento do endividamento do estado, diminuindo seu poder de compra.

- Dificuldade de o Sebrae/ES gerar receitas, seja de empresas beneficiadas, seja na celebração de parcerias institucionais com o Governo do Estado e prefeituras.

Negócios: Mercado

> Oportunidades

- Necessidade de reinvenção e definição de novos modelos de negócios.

> Desafios

- Manutenção dos negócios já existentes.

- Suspensão dos auxílios emergenciais para não comprometer.

- Criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios – reforma tributária.

- O Sebrae deverá buscar parcerias institucionais com grandes empresas (encadeamento produtivo) ou outras fontes de recursos a fim de manter.

Fontes:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/05/12/receita-liquida-federal-tem-queda-real-de-30-em-abril.ghtml>.

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/04/22/arrecadacao-federal-cai-332-e-tem-pior-marco-em-10-anos-afetada-por-coronavirus.htm>.

<https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2020/marco2020/apresentacao-arrecadacao-mar-2020.pdf>.

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/05/11/feito-do-socorro-deve-ter-impactos-dispares-entre-estados-diz-moodys.ghtml>.

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/15/impostos-tributos-e-contribicoes-veja-o-que-foi-adiado-suspenso-ou-reduzido-durante-a-pandemia.ghtml>.

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/05/12/icms-cai-19-em-abril-e-sp-preve-perda-maior-para-maio-e-junho.ghtml>.

E-book "Prorrogação do prazo para envio de documentos fiscais e do recolhimento de tributos federais" elaborado pelo Sebrae.

<https://www.agazeta.com.br/es/politica/tribunal-de-contas-municipios-do-es-nao-resistem-90-dias-sem-apoio-da-uniao-0420>

<https://cidades.tce.es.gov.br/estado/2020/receita>.

Boletim Extraordinário 2/2020. Disponível em: <https://www.tce.es.gov.br/servicos/boletim-extraordinario-fiscal/>.

Painel de controle da Macrorregião Governamental – Março de 2020. Disponível em: <https://www.tce.es.gov.br/wp-content/uploads/formidable/130/painel-control-marco-2020-v4.pdf>.

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/08/promulgada-pec-do-orcamento-de-guerra.ghtml>.

<https://oglobo.globo.com/economia/entenda-socorro-do-governo-aos-estados-saiba-quanto-cada-um-vai-receber-1-24403591>.

3.0

> Flexibilização Fiscal/Tributária Para as Empresas – Tendências

Por Christiane Barbosa e Castro

Medidas tributárias extraordinárias foram adotadas pelos governos federal, estaduais e municipais suspendendo ou postergando o pagamento dos impostos para ajudar as empresas a enfrentarem os efeitos da paralisação da atividade econômica, dando mais fôlego ao seu caixa¹.

Porém, apesar da possibilidade de aplicação de "ferramentas" que trazem soluções para os impactos econômicos, muitas empresas podem não utilizá-las por desconhecimento, como a mudança do regime tributário².

Nesse sentido, são necessárias iniciativas para a tradução das medidas governamentais para o combate à crise, de modo a auxiliar os empresários, pois o pânico e a complexidade da legislação podem impedir sua adequada interpretação e aplicação³.

Com relação aos impactos relativos às medidas fiscais e tributárias, elas colaborarão para ampliar o prazo de geração e recuperação do caixa das empresas. Contudo, há que se considerar que o cenário do final do isolamento social é de severa crise, com retração do consumo, que deve ser, em grande parte, direcionado para o essencial, em função do desemprego e do ainda mais elevado endividamento. Dessa forma, a dilação dos tributos contribui para amenizar os efeitos da crise, mas não reduz sua gravidade.

¹ JORNAL JURID, em 14 de abril de 2020. Empresas ganham fôlego com flexibilização tributária.

² Idem.

³ PORTAL UOL, em 7 de abril de 2020. Medidas do governo são boas, mas têm de chegar na ponta, diz Luiza Trajano.

Algumas medidas anunciadas estão elencadas a seguir e fazem concluir que, de fato, há necessidade de grande apoio para que os pequenos negócios possam efetivamente se beneficiar:

- Suspensão do pagamento do Simples por três meses;

- Redução de 50% na contribuição que as empresas pagam para o Sistema S;

- Redução a 0%, até 30 de setembro de 2020, da alíquota do IPI incidente sobre os artigos médicos e hospitalares listados;

- Igual redução para a alíquota do IOF (0%) sobre as operações de crédito contratadas no período de 3 de abril até 3 de julho deste ano, inclusive no que se refere à alíquota adicional de 0,38%;

- O benefício também se aplica às hipóteses de novação, composição, consolidação, confissão de dívida e negócios assemelhados em que não haja substituição do devedor, bem como aos casos de não cumprimento do prazo de pagamento em empréstimos com prazo inferior a 365 dias;

- Prorrogação do prazo de pagamento do PIS e Cofins, da contribuição previdenciária regular da empresa e da contribuição previdenciária devida pelo empregador doméstico relativos às competências de março e abril de 2020 para julho e setembro do corrente ano;

- Prorrogação do prazo de apresentação das DCTFs, que deveriam ser transmitidas originalmente em abril, maio e junho de 2020, para o 15º dia útil de julho de 2020;

- Prorrogação, para o 10º dia útil de julho de 2020, do prazo para entrega da EFD-Contribuições, cujas obrigações venciam, originariamente, em abril, maio e junho de 2020.

Impactos: Cenários Sebrae (cliente, público-alvo)

> Pontos positivos

- Maior prazo para organização financeira/orçamentária, de modo a enfrentar melhor a retomada pós-crise, gerando oportunidade para o Sebrae/ES prospectar essas empresas e prestar consultoria dirigida ao tema.
- Alívio no fluxo de caixa (postergar pagamento dos tributos), priorizando despesas imediatas (exemplo: folha pagamento).
- Possibilidade de caixa para pagamento de salários em substituição aos impostos no período da crise, para as empresas com capital de giro reduzido.
- Fôlego para capital de giro, evitando demissões em alguns casos.

> Pontos negativos

- Dificuldades para honrar as dívidas fiscais, mesmo com a dilação (devido ao aperto financeiro derivado da ruptura na geração de renda).
- Planejamento financeiro/fiscal dificultado pela incerteza de quando e como será a retomada.
- Demora no entendimento/interpretação das medidas e para tomar providências práticas para uso dos benefícios.

4.0

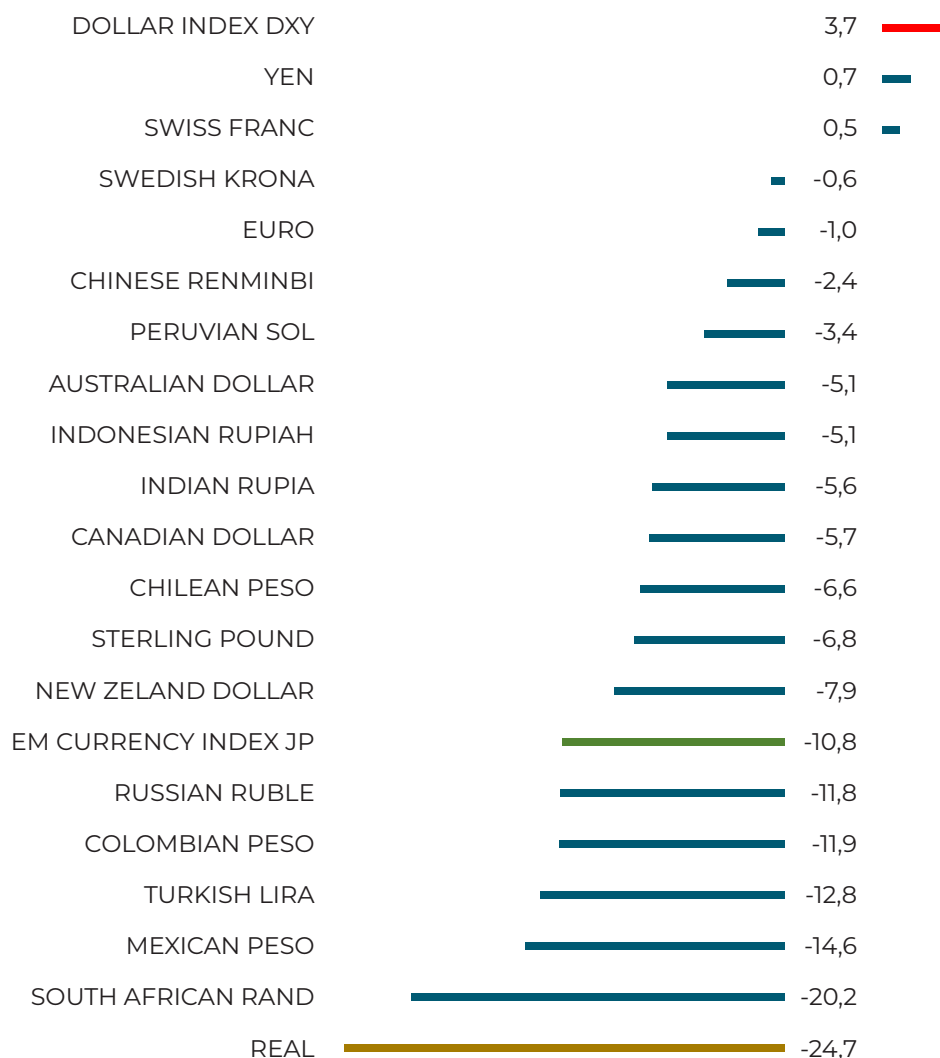
> Dólar

Por Renata Agostini Vescovi

Pouco antes do avanço da pandemia pelo mundo, a cotação do dólar nos mercados já apresentava trajetória de grande oscilação, reflexo das divergências na produção e comercialização do petróleo, sendo a Rússia e a Arábia Saudita as grandes protagonistas desse cenário.

Se comparada às moedas dos demais países emergentes (China, México, Índia, Cingapura, Coreia do Sul, Argentina, Turquia, Indonésia e Taiwan), o Real foi a que apresentou uma das maiores desvalorizações frente à moeda norte-americana, conforme gráfico a seguir, divulgado pelo Bacen durante audiência pública para debater as ações do Banco Central relacionadas ao combate ao coronavírus e à Covid-19.

VARIAÇÃO CAMBIAL EM 2020



Fonte: NETO, 2020

Além, é claro, da desconfiança dos investidores na forma com que os países emergentes lidarão com a pandemia, medidas adotadas pelo governo brasileiro poderão contribuir para a fuga de capital estrangeiro do país.

Divergências internas no âmbito do próprio governo federal sobre a condução do combate à Covid-19 (retratada nos atritos entre o presidente da República e o ex-ministro da Saúde); o comportamento e atitudes presidenciais, minimizando a gravidade da pandemia; divergências entre os três poderes, e as recentes alterações nos ministérios (Saúde e Justiça) contribuem para o aumento da instabilidade interna, gerando desconfiança nos investidores – especialmente internacionais –, que buscam mercados mais seguros para seus capitais.

Somadas a esses fatores, as baixas taxas de juros tornam o país pouco atrativo, pois os investidores, em momentos de crise e com aversão ao risco, buscam liquidez na compra de dólares e outros ativos em locais mais seguros.

Analistas preveem grande flutuação do câmbio até o final do primeiro semestre deste ano, podendo a moeda americana chegar a R\$ 6,00 por dólar.

A primeira semana de junho apontou uma reação positiva na economia mundial e também no Brasil. O anúncio da criação de 2,5 milhões de vagas de emprego nos Estados Unidos no mês de maio trouxe novo ânimo aos investidores internacionais, que, apesar dos riscos, mas atraídos pelos preços das ações ofertadas, "foram às compras" (Pinto, 2020).

No Brasil, a Bolsa fechou em alta, a cotação do dólar ficou abaixo de R\$ 5,00 e a Petrobras e o Tesouro Nacional captaram recursos internacionais.

Apesar do cenário mundial ainda ser de severa recessão, esses resultados refletem o início da retomada de investidores internacionais, sinalizando que o pior da crise já tenha passado e a economia global tenha chegada ao fundo do vale, sugerindo uma recuperação em "V".

A expectativa é que o dólar feche 2020 com valores entre R\$ 4,70 a R\$ 5,00.

Fontes

BACEN.

<https://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2020/03/22/real-dolar-coronavirus-queda.htm?cmpid=copiaecola>.

<https://conteudos.xpi.com.br/internacional/relatorios/ate-onde-vai-o-dolar/>.

Crise e coronavírus: V, U ou W, os 3 cenários possíveis para a recuperação econômica após a pandemia de Covid-19. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52445365>.

Dólar tem a maior queda semana desde março. Disponível em:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/06/05/dolar-fecha-abaixo-de-r-5-e-tem-maior-queda-semanal-desde-2008.ghtml>.

Pinto, L. (5 de junho de 2020). Vídeo (3 min e 47 seg). Dólar tem maior queda semanal desde 2018. Publicado pelo Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/06/05/dolar-fecha-abaixo-de-r-5-e-tem-maior-queda-semanal-desde-2008.ghtml>.

Osakabe, M., & Rezende, V. (5 de junho de 2020). Dados dos EUA ajudam e dólar caminha para forte queda na semana. Fonte: Valor Econômico.

Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/06/05/dolar-opera-na-casa-de-r-503-com-cena-externa-no-radar.ghtml>.

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/06/08/fabricante-nacional-teme-invasao-de-importados.ghtml>.

NETO, R. C. (1º de junho de 2020). Medidas do BCB no combate aos efeitos da Covid-19. Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em:

[https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_RCN_CN-Covid19_vpub%20\(002\).pdf](https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_RCN_CN-Covid19_vpub%20(002).pdf).

5.0

> Dívida Pública

Por Renata Agostini Vescovi

Parece ser consenso o protagonismo do Estado para minimizar os efeitos da pandemia no país, garantindo infraestrutura e recursos necessários à manutenção da vida humana. Gastos emergenciais precisarão ser realizados, não apenas para aquisição de equipamentos e medicamentos que ajudarão no combate e prevenção da doença, mas também para a sobrevivência dos brasileiros afetados pela paralização total ou parcial da economia.

Consenso também é que a realização de tais gastos impactará na dívida pública do país. A Instituição Fiscal Independente (IFI), criada pelo Senado em 2016 com o objetivo de ampliar a transparência nas contas públicas, estima que os gastos realizados pelo governo federal para o combate aos efeitos da Covid-19 farão a dívida pública disparar a 84,9% do PIB neste ano. Para o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, em recente entrevista, o valor da dívida poderá representar 90% das riquezas produzidas pelo país (Produto Interno Bruto)¹.

¹ <https://www.poder360.com.br/economia/retomada-do-crescimento-deve-ser-via-setor-privado-defende-mansueto/>

Dívida Pública x Gastos para enfrentamento da Covid19

Informações do Relatório de Acompanhamento Fiscal n. 39 da IFI, datado de 13 de abril de 2020, dão conta de que:

"O impacto fiscal proporcionado pelas medidas destinadas a mitigar os efeitos da crise do coronavírus no âmbito federal será de R\$ 282,2 bilhões, sendo R\$ 69,7 bilhões em redução de receitas e R\$ 212,5 bilhões em aumento de gastos."

"A dívida pública poderá atingir 84,9% do PIB, em 2020, mas sem a venda de reservas subiria para 87,9% do PIB. A partir de 2021, a evolução da dívida pública bruta dependerá da reversão das medidas expansionistas adotadas ao longo do período de combate ao coronavírus."

"Piora das receitas em 2020 decorre da contração da economia, de diferimentos de tributos e renúncias de receita."

"No cenário base, a dívida pública bruta deverá atingir 84,9% do PIB em 2020 e 100,2% do PIB em 2030."

"No cenário pessimista, risco de insustentabilidade é alto e a dívida pode aproximar-se de 140% do PIB em 2030."

"A maior parte se destina à proteção social das pessoas afetadas pelos desdobramentos da emergência de saúde pública sobre o funcionamento da economia. O auxílio emergencial às pessoas mais vulneráveis e o benefício aos trabalhadores formais respondem por mais de dois terços do total...à concessão de empréstimos a pequenas e médias empresas para o pagamento da folha salarial no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos."

O mesmo documento apresenta a destinação desses recursos:

Despesas com a Covid-19 por ação (R\$ Bilhões)	● Pago	● Autorizado
>> AUXÍLIO EMERGENCIAL A VULNERÁVEIS	3,6	98,2
>> BENEFÍCIO EMERGENCIAL A FORMAIS	-	51,6
>> FINANCIAMENTO DA FOLHA	17,0	34,0
>> ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA	3,7	20,3
>> COMPENSAÇÃO AOS DEMAIS ENTES PELA PERDA DOS FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO	-	20,3
>> BOLSA FAMÍLIA (ACRÉSCIMO)	-	3,0
>> TRANSFERÊNCIA PARA A CDE (ACRÉSCIMO)	-	20,3
>> TOTAL	24,3	224,1

Fonte: Relatório de Acompanhamento Fiscal nº 39, datado de 13/04/20, da IFI.

Ainda com relação aos gastos, o Tesouro Nacional disponibilizou uma ferramenta que permitirá o acompanhamento da execução das despesas previstas nos programas anunciados pelo governo federal. O painel visa a ampliar a transparência sobre os gastos públicos autorizados para esse fim.

Mais relevante do que valores da dívida pública (atualmente em R\$ 4,2 trilhões), para o secretário do Tesouro, é a "trajetória da dívida". A forma com que o governo vai gerenciar e realizar gastos públicos, assumir novas despesas e as medidas adotadas futuramente serão determinantes para que o Brasil consiga atrair investidores e retomar o processo de desenvolvimento, fazendo com que o crescimento econômico de fato aconteça. Segundo Mansueto, o que não pode é o país sair mais frágil depois da crise².

Informações dão conta de que, a partir de 2021, a evolução da dívida pública bruta dependerá da reversão das medidas expansionistas adotadas ao longo do período de combate ao coronavírus e, caso não haja um controle rígido dos gastos públicos, a dívida poderá ultrapassar os valores de bens e serviços produzidos no país por cerca de 10 anos.

Ao que parece, a retomada das agendas de privatizações e concessões de serviços públicos poderá ser uma alternativa para aliviar os gastos públicos, como a recente privatização dos aeroportos. Mas, para tanto, é preciso que haja melhor alinhamento político entre o Executivo e Legislativo, não apenas na aprovação dos leilões, mas também para a criação de um ambiente politicamente estável, que transmita segurança aos investidores.

Ainda nesse sentido, a reforma tributária poderá contribuir para a construção de um ambiente de negócios favorável, no qual regras mais simples e claras poderão "tranquilizar" investidores. Isso porque a maioria dos investimentos são projetos com retorno de longo prazo, e as alterações frequentes nas regras criam instabilidade e incertezas no retorno dos projetos.

² Mansueto diz que dívida pública pode fechar o ano em 90% do PIB. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/mansueto-diz-que-divida-publica-pode-fechar-o-ano-em-90-do-pib/>.

Dívida Pública x Dólar

Atualmente, o valor total da dívida pública federal totaliza R\$ 4,2 trilhões. Desse valor, o maior percentual refere-se à dívida interna, cerca de 95%. Ou seja, em momentos anteriores, o próprio governo emitiu títulos e os valores obtidos foram em reais.

Dessa forma, os juros estão fixados com base na Selic. E como esta apresenta sua menor taxa histórica (3%), acredita-se que não haverá impactos relevantes. Porém se a dívida fosse contraída com recursos internacionais (dívida pública externa), a situação seria contrária, visto que os reajustes seriam fixados em dólar, que, ao contrário da Selic, apresenta sua maior série histórica de valorização em relação ao Real.

Estoque da Dívida Pública Federal (R\$ Bilhões)

>> DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA - DPMFI	(A)	4.006,5
>> DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe	(B)	208,3
>> DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL - DPF	(A) + (B)	4.214,8

Fonte: Relatório Mensal da dívida pública no mês de março divulgado pelo Tesouro Nacional.

Dívida Pública x Risco Brasil

A atração de investidores poderá ser uma alternativa para o aumento das receitas do país, além de benefícios mais diretos, como geração de empregos, ampliação de renda etc.

Sabe-se que os investidores buscam mercados sólidos – ou que apresentam menor risco – para aplicarem seus recursos. Mas, infelizmente, os últimos meses não têm sido favoráveis para o Brasil nesse campo.

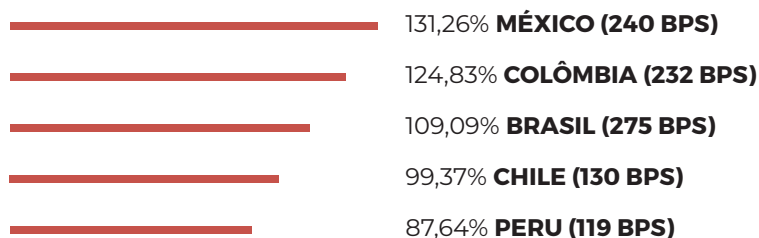
Mesmo a despeito das incertezas que assolam todo o mundo, o Brasil tem apresentado resultados que impactam na confiança dos investidores, dentre eles a alta do dólar (o Real tem a sua maior desvalorização de todos os tempos), quedas frequentes do mercado de ações, instabilidades políticas e falta de uma liderança clara na condução do avanço da pandemia no território nacional.

O Relatório da Dívida Pública Federal, emitido pelo Tesouro Nacional, traz a percepção de risco do mercado para os países emergentes. Considerando a pontuação Credit Default Swap (CDS – título do mercado financeiro que funciona como um seguro para evitar a inadimplência em operações de crédito, ou seja, quanto mais elevada a pontuação, mais arriscado para o investidor), no mês de março deste ano o Brasil figurava na terceira posição, com 275 pontos e, em abril, a pontuação do Brasil passou para 374, colocando-o em primeiro lugar.

CONJUNTURA MERCADO - MARÇO

PERCEPÇÃO DE RISCO PARA CESTA DE PAÍSES EMERGENTES

CDS 5 ANOS
VARIÇÃO EM MARÇO

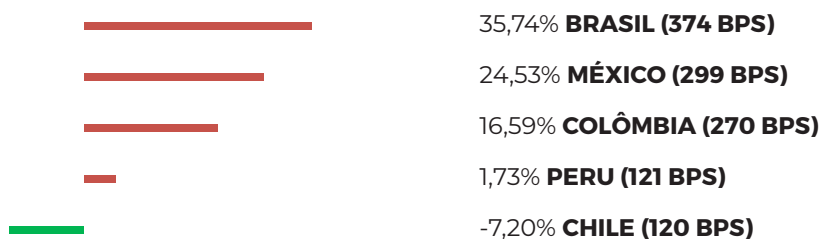


Fonte: Credit Default Swap, março/2020.

CONJUNTURA MERCADO - ABRIL

PERCEPÇÃO DE RISCO PARA CESTA DE PAÍSES EMERGENTES

CDS 5 ANOS
VARIÇÃO EM ABRIL



Fonte: Credit Default Swap, abril/2020.

Impactos: Cenários Sebrae (cliente, público-alvo)

> Pontos positivos

· Com a redução de alguns gastos públicos, recursos poderão ser redirecionados para investimentos públicos, podendo gerar oportunidades de trabalho e renda para diversas cadeias produtivas. Nesse contexto, as micro e pequenas empresas poderão ser beneficiadas.

· O auxílio emergencial concedido pelo governo beneficiou MEIs que atenderam os requisitos, e as MPÉs também foram contempladas com a liberação de crédito para liquidação da folha de pagamento.

· Para a população em geral, os benefícios contribuíram para a manutenção de algumas atividades básicas, como padarias, mercadinhos e farmácias.

· A realização de campanhas de incentivo para consumo direto dos pequenos negócios, como "Por onde Começar" e "Compre do Pequeno" (Sebrae/ES), Sabores da União (Carone/ES), Marketplaces (Magalu), também contribuem para que alguns setores não interrompam totalmente suas atividades.

· Com relação ao acesso ao crédito, e considerando a necessidade de acesso dos pequenos negócios aos recursos, o Sebrae poderá buscar parcerias com as fintechs que apresentam alternativas menos burocráticas.

> Pontos negativos

· Caso o país não consiga conter os gastos públicos e demonstrar que está cumprindo seu papel, poderá ter dificuldades em atrair novos investidores. É preciso que o país cumpra seu papel contendo novos gastos, reduzindo os já existentes e demonstrando efetivamente o comprometimento com a melhoria do cenário.

· É necessário que as ajudas emergenciais tenham prazo limite para cessarem. Caso contrário, poderá incorrer no aumento da dívida.

· Caso o país não consiga controlar os gastos e fazer novas dívidas (principalmente para bancar custeio, previdência e salário de servidores), poderá haver retração da atividade econômica.

· A instabilidade política – divergências entre o Executivo e o Legislativo – poderá também afastar investidores.

· Demora e dificuldades das MPÉs para acessar a ajuda emergencial por causa da burocracia e exigências dos bancos (risco x inadimplência).

Negócios: Mercado

> Oportunidades

· A realização de privatizações e concessões públicas poderá potencializar investimentos e dinamizar a economia com a possibilidade de geração de empregos.

· Os efeitos da pandemia poderão sensibilizar tanto governo quanto sociedade a se engajarem e se comprometerem com a promoção de redução dos gastos.

· Benfeitorias realizadas na rede de saúde pública – com a compra de equipamentos para a rede hospitalar, em especial nas UTIs – criarão melhores condições de atendimento à população. Mas, por outro lado, a manutenção desses equipamentos no pós-pandemia aumentará os custos para os estados.

· As fintechs poderão ser uma alternativa para auxiliar no acesso ao crédito.

> Desafios

· O país precisará garantir o aumento de receitas e a redução de gastos públicos para reduzir o valor da dívida pública e promover a retomada do crescimento.

· Para isso, ele deverá ter um plano de governo capaz de estabelecer a condição fiscal favorável para o país, evitando o aumento da carga tributária. Mas, se o fizer, não deve atrelá-lo aos impostos que impactam no consumo, a fim de não deteriorar a renda e o consumo (ISS, ICMS, IPI, PIS, Cofins).

· Reduzir os impactos dos salários de funcionários públicos nas contas públicas.

· O presidente da República precisará ter habilidade de articulação com o Legislativo e também negociar com "grupos" que deverão contribuir com a economia do país.

Fontes

Instituição Fiscal Independente (IFI). Relatório de Acompanhamento Fiscal n. 39, 13 de abril de 2020. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/570660/RAF39_ABR2020.pdf.

Política econômica em tempos de pandemia. Fernando de Holanda Barbosa. Revista Conjuntura Econômica – FGV. Abril 2020. P. 32-33.

Painel de monitoramento de gastos da União com a Covid-19. Tesouro Nacional Transparente. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>. Relatório de Acompanhamento Fiscal – RAF.

<https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2020/02/como-o-brasil-se-compara-com-os-paises-mais-endividados-do-mundo.html>

Mansueto diz que dívida pública pode fechar o ano em 90% do PIB. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/mansueto-diz-que-divida-publica-pode-fechar-o-ano-em-90-do-pib/>.

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/04/13/reformas-serao-retomadas-apos-combate-a-pandemia-afirma-maia.ghtml>.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-01/divida-publica-pode-alcancar-ate-r-475-trilhoes-em-2020>.

<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46651-governo-do-brasil-libera-r-9-4-bilhoes-para-combate-ao-coronavirus>.

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/08/empresas-buscam-credito-para-pagar-salarios-mas-burocracia-atrapalha.htm>.

<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/um-novo-ciclo-para-as-fintechs-pos-covid-19/>.

<https://forbes.com.br/negocios/2020/04/com-coronavirus-pedidos-de-credito-caem-nos-bancos-e-sobem-nas-fintechs/>.

https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1266:reportagens-materias&Itemid=39.

Série Conheça a Dívida Pública – Tesouro Nacional – Disponível em: <https://youtu.be/mAO2UNvSD5I>.

<https://g1.globo.com/economia/blog/joao-borges/post/2020/03/07/percepcao-de-risco-do-brasil-dispara-45percent-em-2020.ghtml>.

<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/03/10/o-que-esta-por-tras-da-alta-recorde-do-risco-pais-que-mede-desconfianca-do-investidor-estrangeiro-sobre-o-brasil.htm>.

6.0

> MEI - Expectativas e Desafios

Por Izolina Passos Siqueira

O registro de Microempreendedor Individual (MEI) foi criado pelo Governo Federal em 2008, com a Lei nº 128, visando formalizar trabalhadores brasileiros que, até então, desempenhavam diversas atividades sem nenhum amparo legal ou segurança jurídica. Com a legislação em vigor a partir do ano seguinte, mais de 10 milhões de pessoas já se cadastraram e exercem suas atividades como empreendedores formalizados.

O MEI é aquele que trabalha por conta própria, tem registro de pequeno empresário e exerce uma das mais de 500 modalidades de serviços, comércio ou indústria. Desde 2018, com Lei Complementar nº 155, o limite de faturamento do MEI passou a ser de R\$ 81 mil ao ano ou R\$ 6.750 mensais.

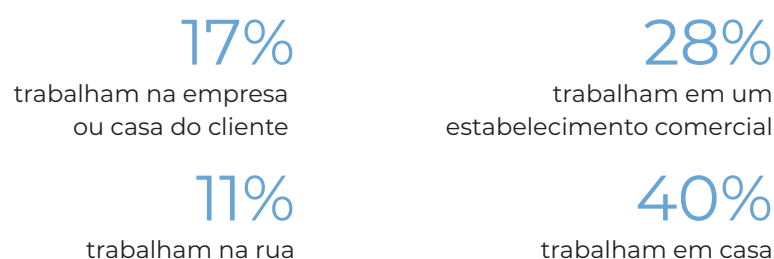
Entre os vários benefícios da formalização estão:

- Aposentadoria pela Previdência Social;
- Auxílio doença;
- Auxílio maternidade;
- Facilidade na abertura de contas e obtenção de crédito;
- Emissão de notas fiscais;
- Redução do número de impostos.

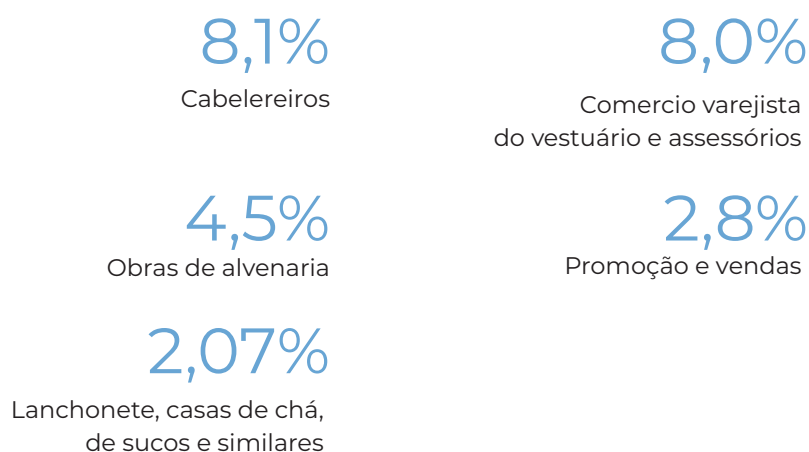
Também como facilidade para os MEIs, a arrecadação tributária ocorre de forma unificada pelo regime do Simples Nacional, ficando isentos dos impostos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL).

Em 2020 o programa está completando 11 anos de existência e o perfil do empresário MEI, reúne desde pessoas que precisam garantir uma fonte de renda para subsistência até aqueles que buscam independência financeira.

Historicamente, o local de trabalho dos MEIs é em casa. Mas nos últimos 5 anos eles têm sido realizados cada vez mais em estabelecimentos comerciais, funcionando da seguinte forma:



> As 5 atividades econômicas mais frequentes entre os MEIs são:



De acordo com pesquisa do Sebrae, 84% dos MEIs tem faturamento mensal acima de 2 salários mínimos, sendo que:

15%

ganham até
2 salários mínimos

52%

ganham entre
2 e 5 salários mínimos

32%

ganham mais de
5 salários mínimos

Com a pandemia do Covid-19, em torno de 40,7% das atividades econômicas dos MEIs foram interrompidas, causando enorme prejuízo para essas empresas, pois três em cada quatro empresários não têm outra fonte de renda, e 68% não possuem previsão de caixa para o mês seguinte.

Paradoxalmente, de acordo com dados do Portal do Empreendedor do governo federal, em 30 de abril de 2020, o número total de registros de MEIs atingiu 10.038.514, o que representa uma alta de aproximadamente 21% na comparação com mesmo período do ano anterior, quando tínhamos 8.301.074 empresas nesta modalidade.

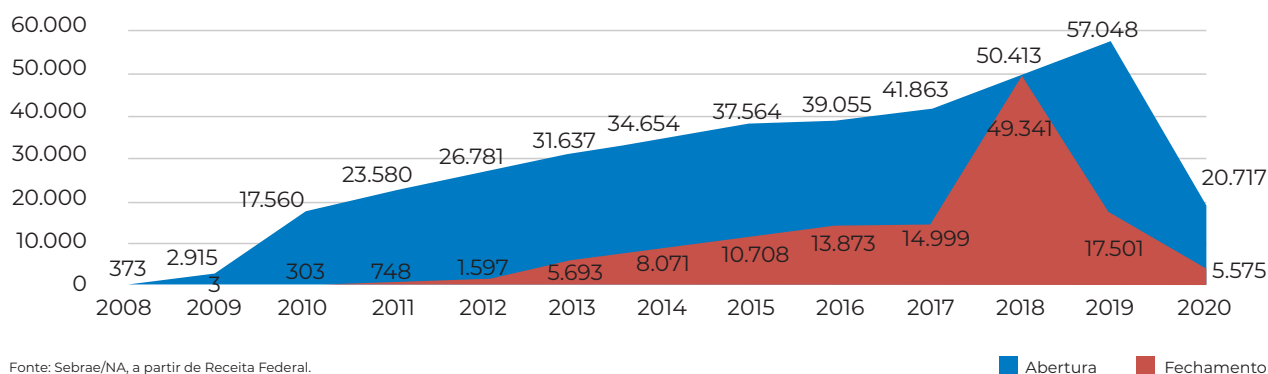
Este aumento já vinha ocorrendo em anos anteriores, devido à lenta recuperação da economia e às dificuldades que as pessoas estavam tendo para se inserirem no mercado de trabalho formal.

Com as mudanças das relações de trabalho e com a alta taxa de desemprego devido a pandemia do Covid-19, o MEI tem se transformado não só em uma opção de ocupação temporária ou estratégia de sobrevivência, o chamado "empreendedorismo por necessidade", como também uma maneira de prestar serviços a terceiros, realizar diferentes trabalhos e obter renda atuando como pessoa jurídica a um custo baixo.

Informações do Sebrae a partir de dados da Receita Federal, apontam para o ano de 2019 (12 meses) a abertura de 57.048 e o fechamento de 17.501 empresas MEIs. E para os 4 primeiros meses de 2020 a abertura de 20.717 e fechamento 5.675. Sendo assim, em se projetando uma evolução linear até fim de 2020, teremos o registro de 62.151 MEIs, portanto 5.103 registros a mais que em 2019 o que significa um crescimento de 8,9%.

Gráfico com a série histórica:

SÉRIE HISTÓRICA DE ABERTURA DE FECHAMENTO DE MEI NO ES



O gráfico acima demonstra um alto número de fechamento de MEIs em 2018, pois em fevereiro desse ano houve uma desativação automática dos MEIs que estavam inadimplentes.

A crise econômica que se abate sobre o Estado do Espírito Santo e todo o país, devido às medidas de isolamento recomendadas para o controle da pandemia, interrompeu 47% dos pequenos negócios, que dependem do funcionamento presencial, segundo pesquisa do Sebrae em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV)¹, sobre os impactos do coronavírus, divulgada em maio. Entretanto, dados do Portal do Empreendedor mostram um indicativo positivo: o número de Microempreendedores Individuais cresceu desde o início da pandemia.

Informações colhidas em 31 de maio deste ano registram um número total de 260.630 microempreendedores no Espírito Santo, contra 253.635 em 31 de março deste ano, época de início da pandemia². Durante o mesmo período do ano passado, o aumento foi de 6.176 MEIs, evolução menor quando comparada a 2020, com 6.995 novos MEIs³. "Os números mostram que as pessoas estão procurando alternativas para sobreviver à crise. Novos empreendedores estão abrindo seus negócios durante a pandemia. Esse crescente vem numa época em que normalmente há queda nos outros anos", aponta a analista do Sebrae/ES, Renata Braga.

O aumento de quase 7 mil MEIs desde o final de março, reforça que, apesar dos impactos negativos na economia por causa do avanço da Covid-19, a formalização como Microempreendedor Individual continua sendo uma alternativa para geração de renda durante a crise, principalmente para aquelas pessoas que buscam driblar a falta de emprego e sair da economia paralela.

¹ Crédito no Brasil para MPEs em tempo de Covid-19. FGV Projetos e Sebrae. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/05/CR%C3%89DITO-NO-BRASIL-PARA-MPEs-EM-TEMPO-DE-COVID19_v06-1.pdf.

² Perfil do microempreendedor individual / Data Sebrae.

³ Idem.

O Estado vai na contramão do Brasil, que traz números em queda. Até a primeira quinzena de março de 2020, foi registrada uma tendência de alta no Brasil. As cinco primeiras quinzenas de 2020 apresentaram uma média de 107.861 novos MEIs. Desde então, por força do impacto econômico da pandemia e do isolamento social, esse número vem caindo, chegando a 43.273 novos MEIs na segunda quinzena de abril. Uma queda de 51% em relação à média de registros verificada em 2019³.

O momento da economia ainda é de incertezas, mas a formalização é uma opção para atuar em segmentos que se mantiveram aquecidos, como no ramo de alimentação, com fornecimento de marmitas ou alimentos para estabelecimentos liberados para funcionar, como padarias, e também no segmento de serviços de transporte e entrega.

⁴ Idem.

Impactos: Cenários Sebrae

> Positivos

- Aumento no número de empresas formalizadas, possibilitando novas oportunidades de negócios.
- Ampliação do número potencial de clientes do SEBRAE.
- Ampliação potencial das receitas próprias para o SEBRAE, advindas da maior demanda por cursos, oficinas e consultorias.
- Aumento da credibilidade e visibilidade do SEBRAE como agente institucional de desenvolvimento.
- Ampliação do número de empregos, na medida em que cada MEI pode ter um empregado formal.
- Ampliação do portfólio do SEBRAE para atender os MEIs.

> Negativos

- Aumento da concorrência entre MEIs por mercados que eventualmente não cresçam tanto quanto o número de empresas que se formalizarão.
- Baixo apego à inovação por parte considerável dos MEIs, principalmente os que abrem suas empresas por necessidade.
- Limite no faturamento anual baixo.

7.0

> Desemprego

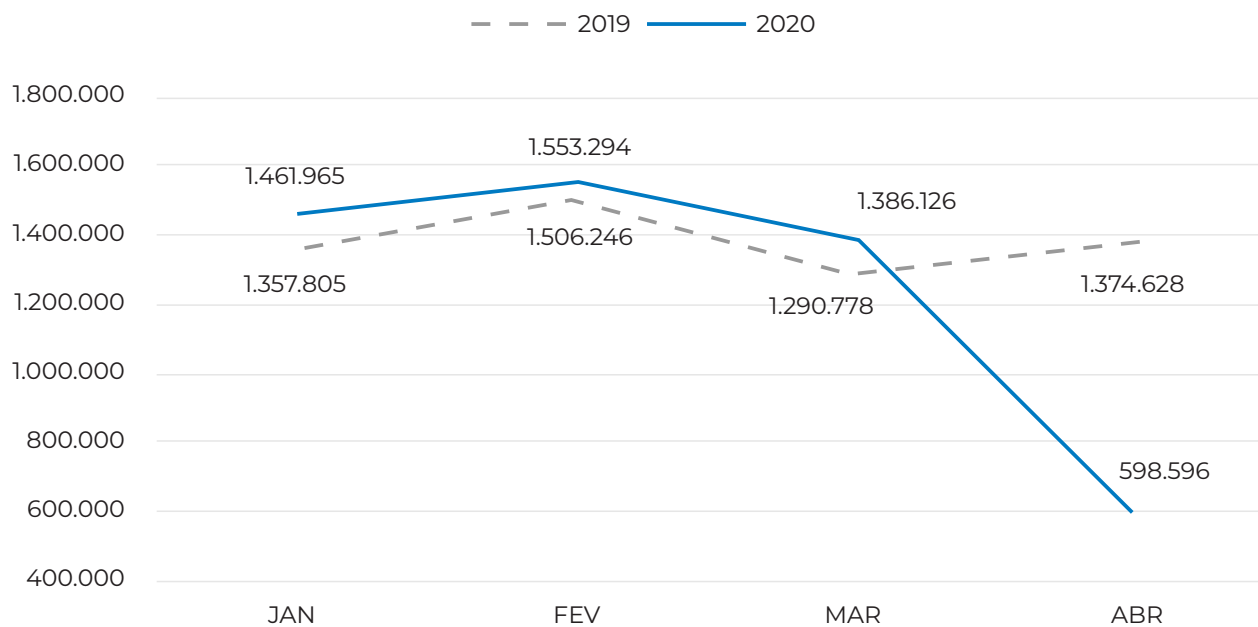
Por Eduardo Rodrigo Donatelli Simoes e João Vicente Pedrosa Moreira

Nos últimos dias de maio, o Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, apresentou o documento Estatísticas Mensais do Emprego Formal: o novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

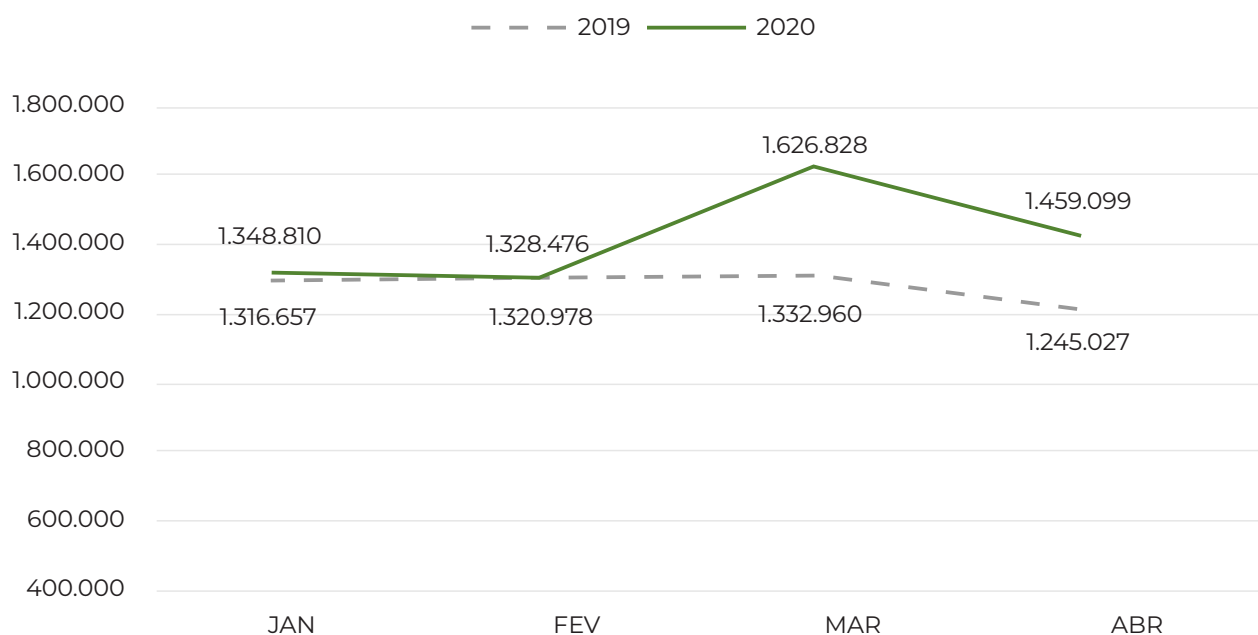
São números oficiais sobre emprego e desemprego o Brasil. Como era esperado, os números apresentados refletem as consequências da pandemia do novo coronavírus no mercado formal de trabalho. Os dados mais gerais são os seguintes, considerando o ano de 2019 como comparativo:

ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS - BRASIL, JAN-ABR DE 2019 E 2020

QUANTIDADE DE **ADMISSÕES** MENSAIS, BRASIL



QUANTIDADE DE **DESLGAMENTOS** MENSAIS, BRASIL



Fonte: Caged e Novo Caged – SEPR/ME

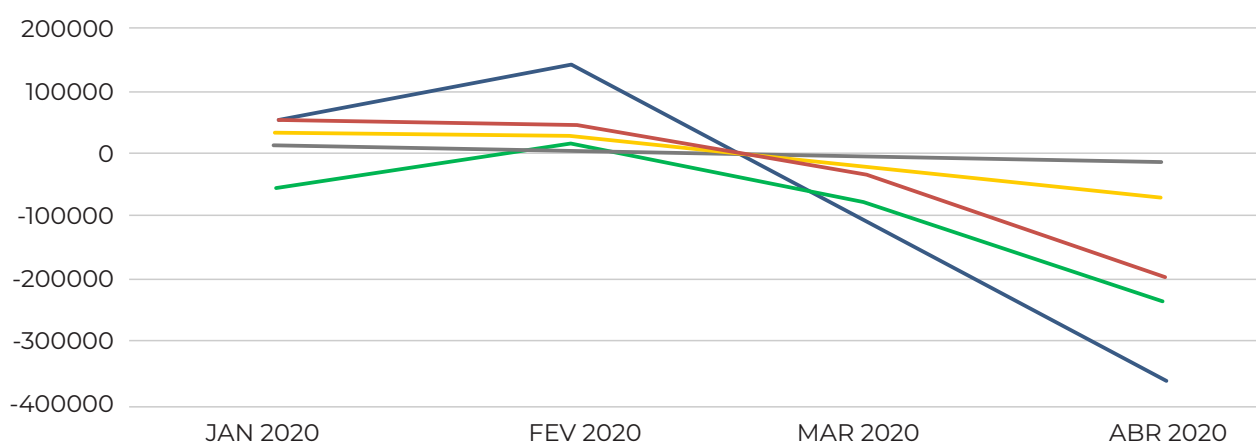
Sebrae Espírito Santo

Foram computadas 4.999.981 admissões entre janeiro e abril deste ano, contra 5.763.213 desligamentos, com um saldo negativo de 763.232 desempregados. Fazendo uma comparação com igual período de 2019, o saldo nesse ano foi positivo e atingiu 313.835 empregos.

Quando se verifica o comportamento do saldo por agrupamento de atividade econômica, vê-se que os setores de comércio e serviços foram os mais atingidos. Por outro lado, a agropecuária brasileira manteve-se estável no mesmo período.

SALDO DE EMPREGOS FORMAIS, POR GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA - BRASIL, JAN - ABR 2020

AGROPECUÁRIA INDÚSTRIA CONSTRUÇÕES COMÉRCIO SERVIÇOS



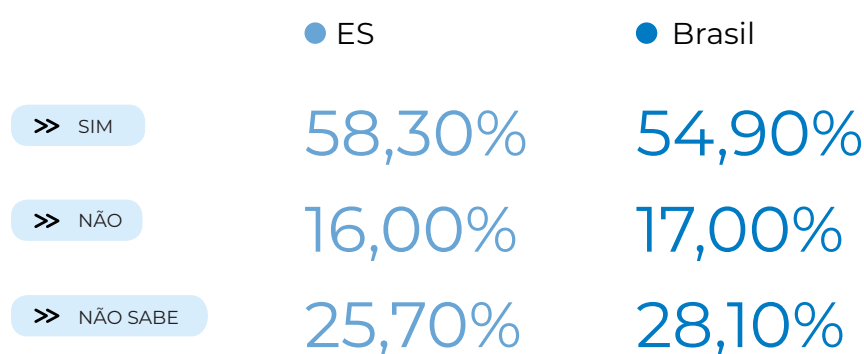
Fonte: Caged e Novo Caged – SEPR/ME

Em complemento aos estudos anteriores, o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), estimava, em abril deste ano, que a taxa de desemprego no Brasil chegaria a 17,8% em 2020, seis pontos percentuais maior do que a observada em 2019¹.

¹ IBRE, FGV. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/data/files/BD/24/55/53/14CA1710199794F68904CBA8/BoletimMacrolbre_2004.pdf.

Outra pesquisa, lançada pelo Sebrae em função da Covid-19, denominada "Impacto do coronavírus nos pequenos negócios" e com dados de abril de 2020, mostrou que 13% das MPEs afirmaram que nos 15 dias anteriores realizaram demissão de funcionários e 58% precisarão de empréstimos para manter a empresa sem gerar demissões.

Precisará pedir empréstimos para manter a empresa em funcionamento sem gerar demissões?



Fonte: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Impactos-coronav%C3%A9rus-nas-MPE-UF.pdf>

Muitos outros números, dados e análises estão disponíveis nos jornais e revistas especializados, nos artigos acadêmicos e até nas redes sociais para os que se interessam pela questão do desemprego, seja ele estrutural ou, no caso de agora, conjunturalmente dado.

Em que pese a importância de conhecê-los a fundo, principalmente pela tecnocracia voltada para o desenvolvimento econômico e social, não é esse o objetivo deste capítulo, mesmo porque a cada mês outros números são apresentados, refletindo melhor o momento atual e até futuro.

Mas é importante observar que as diversas estatísticas sobre trabalho e renda indicam algumas tendências de futuro. Uma delas é sobre a maior procura pela abertura de empresas por "necessidade", principalmente para microempreendedores individuais². Outro desafio é a expansão da informalidade, ou seja, da prestação de serviços sem adesão aos mecanismos de controle e proteção do Estado. Ambas as situações ocorrem em função da perda maciça de postos de trabalho na economia formal, principalmente entre os trabalhadores menos qualificados.

E, numa perspectiva interna ao Sebrae, é necessário atentarmo-nos aos desdobramentos dos números do desemprego para que seja possível nos prepararmos melhor para atender um contingente cada vez mais amplo de clientes neófitos no universo empresarial em busca de conhecimento técnico e gerencial, crédito, apoio para repactuação contratual e pagamento de dívidas, atuação em novos mercados etc., além de empreendedores informais em busca de legalização dos seus negócios.

Em ambas as situações, cresce a responsabilidade do Sebrae com seu público-alvo direto e potencial. É fundamental que o seu corpo técnico esteja preparado para os mais diversos tipos de demandas que virão (por novas tecnologias, por mais rapidez, por melhores entregas, por mais "saúde"...) e que farão parte do que está sendo repetidamente chamado de "novo normal".

Impactos: Cenários Sebrae (cliente, público-alvo)

> Pontos positivos

- As medidas anunciadas pelo governo para evitar que as empresas realizem demissões em massa na crise. Como exemplo, as flexibilizações pontuais das regras trabalhistas e o adiantamento de parte do seguro-desemprego de trabalhadores com jornada e renda reduzidas (Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho).
- Possibilidades de formalização de novos negócios (MEI, principalmente).
- Aumento pela demanda dos serviços do Sebrae.

> Pontos negativos

- Aumento do desemprego (previsão de demissões em abril e maio).
- Aumento da informalidade (na berlinda devido à quarentena).
- Risco crescente da pobreza.
- Possibilidade de desalento.
- Provável recessão na economia.

8.0

> Endividamento das Empresas

Por Christiane Barbosa e Castro

Um dos principais efeitos da atual crise para as empresas é o seu endividamento como forma de sobrevivência.

Como a duração da pandemia tem sido longa, ainda sem perspectivas precisas de medicamentos mais eficientes, o nível de endividamento das empresas ainda deverá se elevar, com tendência de queda gradual especialmente a partir de 2022¹.

Consequentemente, se a necessidade de isolamento for maior, prorroga-se ainda mais o tempo para a redução desse endividamento.

Pesquisa da Serasa Experian publicada em março deste ano mostrou que o endividamento das empresas já havia batido recorde em dezembro de 2019, quando comparado à série histórica iniciada em 2016. A pesquisa identificou que cada empresa tinha, em média, nove dívidas.

O maior volume de empresas inadimplentes em 2019 concentrou-se no setor de serviços (50,2%), que teve ainda maior crescimento. O comércio teve queda no mesmo período analisado (40,4%), em dezembro de 2019, e a indústria se manteve estável no período. A maior parte das dívidas vencidas e não pagas (78%) ocorreu em instituições fora do setor financeiro, fato atribuído ao aumento do crédito mercantil². Especialistas têm indicado que os setores de comércio e serviços serão os mais atingidos pela crise, portanto, deverão manter-se na liderança desse indicador.

Já o relatório divulgado pelo banco BTG Pactual, em 10 de março deste ano, mostra que "no geral, as empresas de capital aberto chegam a essa crise em condições bem melhores do que cinco anos atrás". O nível de endividamento, por exemplo, recuou de 2,9 vezes para 1,8 vez, considerando-se a relação dívida líquida sobre Ebitda³. Aponta ainda que as empresas estavam muito mais lucrativas do que poucos anos antes. O modelo do banco mostra que as margens líquidas cresceram para 12,9% em 2019, ante 10,6% em 2016⁴.

¹ Cenários de longo prazo – Revisão do cenário básico – Tendências Consultoria Integrada.

² EXAME, em 2 de março de 2020. Mais de 6,1 milhões de empresas estão com contas em atraso, diz Serasa.

³ Sigla que vem do inglês e significa Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization. Trata-se de um indicador que informa o lucro de uma companhia antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

⁴ Pressão extra: as empresas mais endividadas, neste momento de crise.

Se, por um lado, a notícia é boa, especialmente para o mercado de ações, por outro, ratifica análises do documento ora produzido de maior fragilidade das micro e pequenas empresas, que sairão da crise enfrentando maior concorrência das grandes empresas.

Pesquisa do Sebrae em parceria com a FGV sobre os impactos do coronavírus nos pequenos negócios⁵, realizada entre 30 de abril e 5 de maio de 2020, mostrou que no Espírito Santo 39,1% das empresas possuem dívidas/empréstimos em atraso, percentual maior do que a média nacional, que é de 32,6%. Já 19,5% declararam ter dívidas/empréstimos em dia, contra 28,1% na média nacional. Isso mostra que, no Espírito Santo, o nível de endividamento das empresas está bem próximo da média nacional, apesar de um pouco abaixo (58,6% aqui, contra 60,7% no Brasil), conforme tabela a seguir.

Pequenos Negócios com Dívidas⁶

Possui dívidas/empréstimos do seu negócio atualmente?

	● ES	● Brasil
>> SIM, EM ATRASO	39,1%	32,6%
>> SIM, EM DIA	19,5%	28,1%
>> TOTAL COM DÍVIDA	58,6%	60,7%
>> NÃO	41,4%	39,3%

Fonte: Sebrae/FGV

⁵ Pesquisa "O impacto do coronavírus nos pequenos negócios", Sebrae e FGV Projetos, 2020.

Para "fazer caixa" e, conseqüentemente, enfrentar o endividamento, as empresas precisam vender. Porém pesquisa recente da Confederação Nacional de Comércio (CNC) mostrou que em março o endividamento das famílias bateu um triste recorde: 66,2% dos trabalhadores possuíam dívidas entre cartão de crédito, cheque especial, crédito pessoal, crédito consignado, carnês, financiamentos de carros e de imóveis etc. Embora mais endividadas, as famílias estavam relativamente estáveis com relação à inadimplência, o que deve mudar agora⁷.

Esse endividamento reflete diretamente no poder de compra, levando a um cenário de baixa demanda e de cautela por parte dos consumidores, afetando, portanto, as empresas, que deverão ter grandes dificuldades para quitar suas dívidas.

A retomada da indústria no estado, por exemplo, deve demorar mais de seis meses pós-pandemia, segundo o Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies). Essa previsão menos otimista se dá em função do endividamento e da inadimplência com clientes, elevando os custos de operação⁸.

⁶ Os setores que responderam à pesquisa no Espírito Santo foram indústria (3,6%), comércio (43,5%), serviços (49,6%) e construção civil (3,3%). Quanto ao porte, no Espírito Santo, 64,1% das empresas pesquisadas era de microempreendedores individuais, 31,5% eram microempresas e 4,4%, empresas de pequeno porte.

⁷ Endividamento das famílias bate recorde e 2 milhões pedem para adiar pagamentos.

⁸ Retomada da indústria no ES deve demorar mais de seis meses pós-pandemia. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/retomada-da-industria-no-es-deve-demorar-mais-de-6-meses-pos-pandemia-0420>.

9.0

> Crédito

Por Alline Zanoni e João Vicente Pedrosa Moreira

O mercado de crédito no Brasil apoia efetivamente o setor produtivo nas suas demandas por recursos destinados à criação ou ampliação de negócios. Porém alguns desafios ainda precisam ser enfrentados.

Três deles são os mais críticos: um mercado extremamente concentrado, limitação no acesso a informações e uma recuperação de crédito lenta e custosa para os credores, o que leva a um processo ainda mais conservador e de juros altos.

Assim, o mercado de crédito se concentra em baixo volume e alto custo. Quase 80% das operações de crédito estão nas mãos de quatro bancos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú e Bradesco)⁹.

Esse oligopólio reflete também uma concentração das informações de crédito dos empreendedores. Um banco pequeno ou médio, mesmo digital, não tem acesso ao histórico dos clientes para saber se alguém é bom ou mau pagador e, portanto, tem menos mecanismos para oferecer crédito com melhores condições e baixo risco de inadimplência. A tabela a seguir apresenta os principais entraves para o acesso ao crédito no Brasil:

⁹ <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,quase-80-das-operacoes-de-credito-no-brasil-estao-nas-maos-de-quatro-bancos,70002272731>.

Impedimentos para aprovação do crédito

	Pequenas	Médias	Grandes
» EXCESSO DE EXIGÊNCIAS QUANTO A DOCUMENTAÇÃO	66%	64%	56%
» FALTA DE GARANTIAS OU EXIGÊNCIAS DE GARANTIA MUITO ELEVADAS	47%	50%	61%
» PROBLEMAS APONTADOS NA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA	41%	33%	17%
» FALTA RELACIONAMENTO COM O BANCO, HÁ EXIGÊNCIAS DE RECIPROCIDADE	36%	33%	33%
» LINHA DE CRÉDITO FECHADA OU NÃO FORNECIDA PELO BANCO OPERADOR	34%	41%	39%
» PROBLEMAS FINANCEIROS DA EMPRESA	31%	22%	33%
» CUSTOS DE GARANTIA MUITO ELEVADOS	27%	33%	39%
» REDUÇÃO NO LIMITE DISPONÍVEL PARA FINANCIAMENTO	25%	26%	33%

Fonte: Pesquisa Decomtec/FIESP - Ideia Inteligência. Elaboração: Decomtec/FIESP. Nora: resposta múltipla.

Com a informação concentrada em grandes bancos, a oferta de crédito a novos clientes aumenta o custo do crédito para todos, e não apenas para os clientes de maior risco, penalizando, assim, os bons pagadores.

Dessa forma, esses bons pagadores pagam mais do que deveriam e subsidiam os maus pagadores, que pagam menos do que deveriam. Com isso, os primeiros acabam se afastando do mercado, e o risco do tomador médio de crédito sobe, gerando um problema de "seleção adversa"¹⁰.

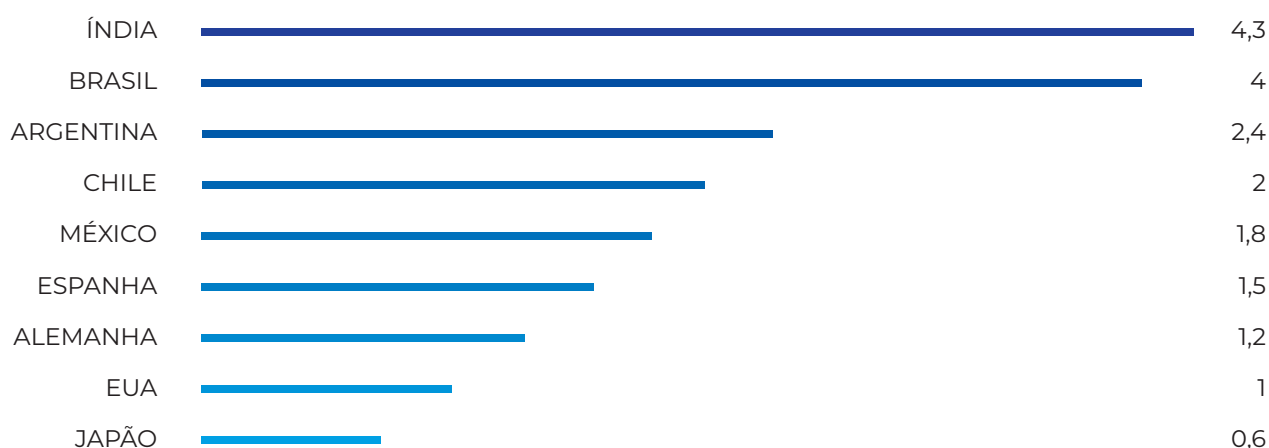
Um outro entrave é a recuperação do crédito, que hoje é lenta e cara. Em média, no Brasil, o credor leva quatro anos para recuperar o capital que concedeu. No Japão, esse tempo é de apenas seis meses¹¹.

¹⁰ Devido à falha de mercado causada pela diferença de informações entre comprador e vendedor, o mercado induz os agentes a fazerem escolhas que não são ótimas.

¹¹ <https://endeavor.org.br/ambiente/acesso-a-credito-no-brasil-capital-existe-so-e-dificil-captar/>.

Por isso, a resposta dos bancos a esse cenário, no contexto da Covid-19, é seguir sendo extremamente conservadores, com juros altos o suficiente para compensar o risco que eles têm, independentemente se o momento é de crise para todos os segmentos da economia.

TEMPO DE RECUPERAÇÃO DO CRÉDITO (EM ANOS)



Fonte: Doing Business 2019

Crédito em tempos de Covid-19

Até o início deste ano, as perspectivas para a economia brasileira eram bastante favoráveis. Em que pese não estarmos vivendo um cenário de pleno emprego e crescimento perene, algumas das condições prévias necessárias estavam sendo gestadas.

Tínhamos a reforma da Previdência Social já contratada e algumas importantes leis que desregulamentavam a economia também aprovadas¹². As taxas de inflação mantinham-se dentro das margens de segurança – 0,53% no acumulado do ano até março e 3,3% no acumulado em 12 meses – e a oferta de crédito do primeiro bimestre já era 6% maior, se comparado com o mesmo período do ano anterior.¹³ Além disso, as expectativas de empresários e consumidores estavam em uma curva ascendente, mesmo que tímida¹⁴.

Em março, tudo mudou, no Brasil e no mundo. Com a restrição de circulação de pessoas, por causa da pandemia da Covid-19, "o consumidor desapareceu rapidamente, reduzindo a demanda de forma drástica. Vendas e, consequentemente, a produção se encolheram, ao mesmo tempo que a inadimplência aumentou, afetando rapidamente o fluxo de caixa das empresas"¹⁵.

¹² Como exemplos, a reforma nas leis trabalhistas (Lei n. 13.467/2017) e a Lei da Liberdade Econômica (Lei n. 13.874/2019).

¹³ Informe Conjuntural CNI – 1º trimestre de 2020.

¹⁴ Ver neste documento item 14: Confiança e perspectivas dos agentes econômicos.

¹⁵ Informe Conjuntural CNI – 1º trimestre de 2020.

Sem clientes, e sem condições de vender suas mercadorias, produtos e serviços, a demanda por liquidez aumentou significativamente, principalmente para o giro diário. E sem condições de se restabelecer sozinho, o mercado precisou de ajuda governamental. "Para fazer frente a essas dificuldades e tentar mitigar a deterioração da situação financeira das empresas, o governo federal e o Banco Central apresentaram uma série de programas emergenciais, como a suspensão temporária do pagamentos de tributos e de empréstimos, a criação de linhas especiais de crédito a setores e atividades mais vulneráveis e medidas para capitalização e aumento da liquidez do sistema financeiro»¹⁶.

No entanto, o aporte de liquidez do Banco Central para as instituições financeiras não garante que estas vão emprestar na mesma proporção às empresas. Há indicações de que as instituições financeiras não estão abrindo mão de suas garantias. "Apesar das medidas de ampliação da liquidez implementadas pelo Banco Central – estimadas em R\$ 1,2 trilhão –, é preciso buscar soluções adicionais para que o crédito chegue a tempo às empresas de segmentos e portes mais vulneráveis" ¹⁷.

Esse acesso restrito é maior para as micro e pequenas empresas do que para as médias e grandes. "Segundo o BC, o estoque total de crédito das micro, pequenas e médias empresas cresceu 2,1% entre fevereiro e março, passando de R\$ 541 bilhões para R\$ 552 bilhões. No caso das grandes, o saldo passou de R\$ 903 bilhões para R\$ 984 bilhões, ou seja, um crescimento de 9%"¹⁸.

Recentemente, a imprensa repercutiu informações disponibilizadas pelo Bacen sobre a baixa demanda das empresas pela linha de crédito destinada ao pagamento de salários dos empregados. Dos cerca de 40 bilhões reservados para essa finalidade, apenas 1% tinha sido realizado, beneficiando apenas 304 mil trabalhadores em todo o Brasil. Especificamente no Espírito Santo, somente 294 empresas conseguiram o empréstimo, para um total de 4.636 empregados¹⁹.

Os recursos para essa linha provêm do Tesouro Nacional e são operacionalizados pelos bancos. É nesse ponto que ocorrem os gargalos. De acordo com a citada reportagem, a comunicação das empresas com os bancos ainda estaria bastante prejudicada por causa da pandemia. Além disso, as exigências das instituições financeiras são as mesmas de antes da crise, dificultando bastante o acesso ao crédito.

E como as micro e pequenas empresas estão vendo esse cenário, no qual há recursos para emprestar, mas eles não chegam às bases da economia? Pesquisa recente realizada pelo Sebrae, intitulada "O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios", feita com uma amostra de mais de 10 mil empresários em todo o Brasil, indica resultados preocupantes no que diz respeito à cessão creditícia e a sua capacidade de absorção ²⁰:

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Bancos só emprestam 1% do que governo prometeu. Jornal A Tribuna, de 12 de maio de 2020.

²⁰ Descritivo resumido da publicação "O Impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios", de autoria do Sebrae Nacional com dados de maio de 2020.

Para 60,8% dos empresários capixabas entrevistados, será necessário pedir empréstimos para manter seus empreendimentos funcionando durante o período da pandemia. Número semelhante à média nacional (59,5%).

Em complemento, desde o início da crise, 37,5% dos entrevistados já tinham solicitado algum tipo de empréstimo junto ao mercado formal de crédito.

Destes que solicitaram empréstimos, os bancos foram as instituições mais demandadas (93% dos entrevistados capixabas). Porém apenas 12,9% conseguiram receber o crédito em sua conta corrente. Considerando que 29% ainda estavam aguardando resposta dos bancos, tem-se em torno de 60% que tiveram seus pedidos negados pelo setor financeiro tradicional.

Como justificativa para não terem conseguido os recursos, aparecem a negativação em cadastros como Serasa e SPC (19,5%) e falta de garantias e avalistas (5,6%). Outra justificativa para não terem conseguido o empréstimo foram as taxas de juros cobradas, consideradas altas por 23% dos entrevistados.

· O cenário fica ainda mais crítico quando se verifica que a demanda por empréstimos era de, no máximo, R\$ 10 mil para mais da metade dos entrevistados (52,7%).

Por fim, os entrevistados foram questionados sobre quais seriam as medidas mais impactantes que o governo poderia tomar para compensar os efeitos da pandemia no apoio às MPEs. As respostas foram as seguintes:

67,7%

Linhas de empréstimos a juros zero

53,8%

Auxílio temporário para sobrevivência da empresa e da sua família

50%

Ampliação e diversificação da oferta de crédito

33,3%

Redução de impostos e taxas

30,5%

Redução de tarifas de água e luz

27,2%

Suspensão de dívidas

Analistas sugerem algumas alternativas para que os recursos cheguem mais rapidamente às empresas, principalmente às de menor porte. Dentre as mais importantes, destacam-se a flexibilização das exigências e garantias e a ampliação da participação do Tesouro Nacional, via Bacen e bancos públicos, no compartilhamento de risco. "A maior assunção do risco pelo Tesouro Nacional é uma medida imprescindível para que os recursos financeiros cheguem com a urgência necessária às empresas que necessitam de crédito, para que elas possam manter o pagamento de custos correntes e para evitar a demissão de trabalhadores. Essa medida tem sido tomada em outros países do mundo, a exemplo dos Estados Unidos, que criaram linhas de crédito assumindo entre 95% e 100% do risco"²¹.

Conclusão

Os impactos econômicos da pandemia criada pelo coronavírus ainda estão em estágio inicial. A expectativa é de que ocorra no Brasil o mesmo que nas demais economias: uma intensa contração na renda e no emprego, com impactos que se propagam sobre a arrecadação de impostos, a capacidade de pagamento das dívidas por empresas e famílias e assim por diante.

O governo federal estimula a criação de linhas especiais, e o Banco Central (BCB) reduziu a taxa básica de juros, vendeu reservas internacionais, celebrou acordo para repasse de swaps cambiais em cooperação com o FED, ampliou a liberação dos compulsórios e flexibilizou os requisitos mínimos de liquidez e de capital mínimo, entre outras ações. A expectativa do Bacen é que se possa liberar cerca de R\$ 1,2 trilhão em novos recursos para o sistema bancário, o que equivaleria a 16% do PIB.

A resposta usual dos bancos ao agravamento do cenário econômico é típica: aumento de aversão ao risco. No momento, há indícios pouco claros sobre o rumo das taxas de juros ao tomador final, com informações de queda em algumas linhas de financiamento e elevação com encurtamento dos prazos dos financiamentos em outras. A real magnitude desses movimentos só estará clara quando o Banco Central fornecer as estatísticas da média do sistema nos próximos meses.

²¹ Informe Conjuntural CNI – 1º trimestre de 2020.

Negócios: Mercado

> Oportunidades

- Novas Fintechs.
- Concorrência dos meios de pagamentos.

> Desafios

- Aumento do acesso a informações pelo mercado como um todo.
- Redução dos custos de recuperação de crédito.
- Definição dos marcos regulatórios que fomentem a inovação, a entrada e o desenvolvimento de novos players – em particular, aqueles que tragam soluções inovadoras.
- Incentivo ao aprofundamento do mercado de capitais.
- Redução do crédito direcionado.
- Redução do compulsório.
- Micro reformas do sistema judiciário que permitam um processo mais eficiente de execução de crédito, considerando revisão do modelo de funcionamento de varas especializadas.

Fontes

Panorama Brasil. Disponível em: <https://www.oliverwyman.com/br/insights/2018/mar/panorama-brasil.html>.

Infomoney. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/consumo/open-banking-o-que-e-e-como-funciona/>.

Endeavor. Disponível em: <https://endeavor.org.br/ambiente/acesso-a-credito-no-brasil-capital-existe-so-e-dificil-captar/>.

Data Sebrae. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/creditoempresas/>.

Fitch Solutions. Disponível em: <https://www.fitchsolutions.com/country-risk-sovereigns/economics/seven-global-macro-trends-and-risks-watch-post-covid-19-08-04-2020>.

Informe Conjuntural CNI – 1º trimestre de 2020.

10.0

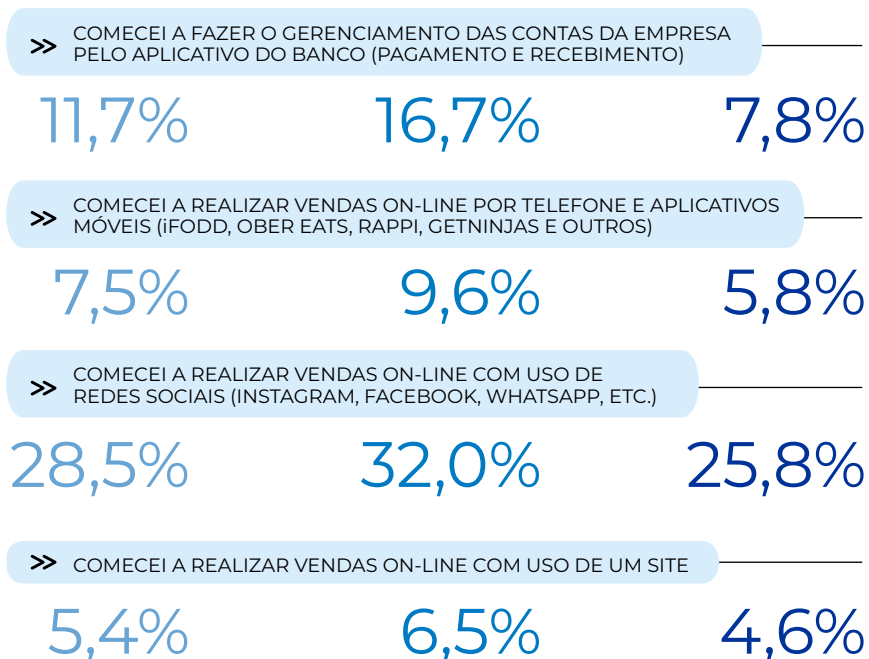
> Mais Digital

Por Renata Agostini Vescovi

O isolamento social provocou a aceleração da implantação de tendências de digitalização e consolidação do uso do digital, tanto nos negócios quanto na forma de relacionamento entre as pessoas. Compras pela internet e aplicativos, home office, expansão dos marketplaces passaram a fazer parte do dia a dia das pessoas.

Pesquisa realizada pelo Sebrae aponta incremento no uso de canais on-line, aplicativos e redes sociais para a realização de vendas e também aumento no uso de aplicativos para gerenciar contas bancárias.

● PN ● ME e EPP ● MEI



Fonte: O Impacto da pandemia de coronavírus nos Pequenos Negócios - 3ª edição

A pesquisa foi realizada no período de 30 de abril a 5 de maio de 2020 e contou com 10.384 respondentes das 26 UFs mais Distrito Federal.

Todavia, é preciso seguir em frente com a realização de mudanças e implantação de ações que contribuirão para o processo de inovação em seus diferentes estágios: seja na aplicação de tecnologia em produtos e/ou serviços; seja na adaptação dos negócios ao cenário digital, ampliando a atuação da empresa e trazendo novos players (marketplace), seja no seu mais alto nível, criando um ecossistema único (CWS Insight).

Mas a inovação não deve ser vista apenas sob a ótica das empresas. Num cenário de aumento da dívida pública e recessão mundial, é preciso que a inovação ocorra também no âmbito das instituições e do governo (mais especificamente na gestão pública).

Todavia, é preciso seguir em frente com a realização de mudanças e implantação de ações que contribuirão para o processo de inovação em seus diferentes estágios: seja na aplicação de tecnologia em produtos e ou serviços, seja na adaptação dos negócios ao cenário digital ampliando a atuação da empresa trazendo novos players (marketplace), seja no seu mais alto nível, criando um ecossistema único (CWS Insight).

Mas a inovação não deve ser vista apenas sob a ótica das empresas. Num cenário que se apresenta, de aumento da dívida pública e recessão mundial, é preciso que a inovação ocorra também no âmbito das instituições e do governo (mais especificamente na gestão pública).

Impactos: Cenários Sebrae

> Pontos positivos

- Consolidação do digital como canal de vendas, geração de negócios, conhecimento, home office (projeto digital).
- Revisão nos modelos de gestão dos pequenos negócios, estruturas de custos, renegociação de dívidas, canais de comunicação.
- Empresas e sociedade já absorveram o uso da tecnologia no dia a dia.
- Revisão dos modelos de negócios: lojas físicas, escolas, empresas.
- Sebrae como fornecedor / hub de ferramentas e soluções.
- Elevado número de smartphones no Brasil.
- Mudança no comportamento do consumidor.
- Necessidade de readequação dos espaços das empresas para atendimento às normas de combate à Covid-19.

> Pontos negativos

- Baixa velocidade de resposta de alguns pequenos negócios.
- Limitação de investimentos nos negócios, seja por problemas de caixa, seja pelo aumento de aversão ao risco.
- Mentalidade do empreendedor, que tem medo de errar.

Negócios: Mercado

> Oportunidades

- Integração entre os elos da cadeia (fornecimento, logística).
- Grandes empresas estabelecendo parcerias com pequenos negócios (marketplace, negócio digital).
- Ampliação do relacionamento com clientes via redes sociais – social selling.
- Expansão do mercado consumidor, agregando dois grandes grupos: idosos e classes C, D, E.
- Aplicativos estão em alta após a pandemia.
- Oferta de editais para acelerar os processos de inovação, beneficiando startups (Embrapii, Apex Brasil, instituições de ensino e Furnas, entre outros).
- Integração de todos os canais de vendas e atendimento on-line e off-line.

> Desafios

- Infraestrutura de comunicação (consumidor e empresa).
- Implantação de sistemas de segurança da informação.
- Possível atraso na implantação da tecnologia 5G (em decorrência da interrupção das indústrias na China), base para outras tecnologias: IoT, Indústria 4.0.
- Manutenção do engajamento dos pequenos negócios para manter o ritmo de digitalização.
- Home office: infraestrutura, processos.
- Ecossistema de inovação atuante.
- Falta de recursos para gestão de ambientes de inovação.
- Dificuldades para realização, a curto e médio prazo, de eventos com aglomeração que levam inovação, mercado, aprendizagem e outros .

Fontes

O futuro do mundo em 17 pontos. Disponível em:

https://www.libercard.com.br/libercard/?utm_source=FocusJor&utm_medium=cpc&utm_campaign=Banner%20Topo.

Paulo Henrique Amorim. O Brasil e o mundo pós-Covid. Disponível em: <https://youtu.be/T7ezhwy9fS8>.

Crise acelera a digitalização e faz consumidor mudar hábito. Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/04/23/crise-acelera-a-digitalizacao-e-faz-consumidor->.

Ricardo Amorim. Disponível em: https://youtu.be/zY_wOdCCyto.

Invest News. Sami Dana. Disponível em: <https://youtu.be/iLzOcN0uV8o>.

Pesquisa "Processos de admissão onboarding e treinamento Covid-19". Consultoria Talense e FDC, 2020. Disponível em: fliphtml5.com/mngxe/zphf/#p=3.

Os níveis da transformação digital. CWS. Disponível em: <https://cws.digital/os-niveis-da-transformacao-digital/>.

Embrapii. Disponível em: <https://embrapii.org.br/aplicativo-fara-atendimento-remoto-de-pacientes-suspeitos-de-covid-19/>.

Apex Brasil. Disponível em: <https://portal.apexbrasil.com.br/noticia/inovacao-e-tecnologia-para-enfrentar-a-covid-19/>.

<https://goneweeconomy.com/>

<http://www.portaldaindustria.com.br/canais/industria-contracovid-19/iniciativas/edital-de-inovacao-investe-no-desenvolvimento-de-solucoes-de-combate-ao-covid-19/>.

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/04/23/crise-acelera-a-digitalizacao-e-faz-consumidor-mudar-habitos.ghtml>.

Pesquisa Sebrae "O impacto da pandemia do coronavírus nos pequenos negócios". 3ª edição. Coleta: 30 de abril a 5 de maio de 2020.

11.0

> Novos Modelos de Negócios

Por Izolina Passos Siqueira

Como será o mundo depois que o coronavírus passar? Para Cezar Taurion¹, "as empresas pós-pandemia serão essencialmente digitais e centradas em inteligência artificial"². Estima-se que deve ocorrer também uma profunda reestruturação econômica, social e organizacional. "Hoje, as empresas estão preocupadas com sua sobrevivência imediata. É o instinto de sobrevivência que fala mais alto"³. Amanhã, elas precisarão se reinventar se quiserem manter-se vivas.

Da mesma forma que podemos classificar o ambiente de negócios em uma era antes e depois da internet, devemos imaginar que a Covid-19 vai provocar algo semelhante nas relações pessoais e empresariais. Teremos a era antes e depois da pandemia: "o 'new business as usual' pós-pandemia será bem diferente do de antes"⁴.

A questão é: poderemos paralisar a economia de maneira unilateral, por meio de decretos e portarias, mas ela não é religada imediatamente. O seu "reaquecimento" será lento e gradual. Além disso, muito do que existia antes perde o sentido ou deixa de ser economicamente viável se mantiver os mesmos parâmetros anteriores.

Mas o "novo" também virá. E ele terá como principal subjacência a tecnologia e o relacionamento digital entre pessoas e entre empresas. Estima-se, por exemplo, que muitos imóveis destinados a negócios serão desocupados e deixarão de ser alugados, uma vez que a experiência em home office deu resultados positivos e permanecerão viáveis no pós-pandemia.

¹ Partner e Head of Digital Transformation da Kick Corporate Ventures e presidente do i2a2 (Instituto de Inteligência Artificial Aplicada). É autor de nove livros que abordam assuntos como transformação digital, inovação, big data e tecnologias emergentes. Professor convidado da Fundação Dom Cabral. Antes, foi professor do MBA em Gestão Estratégica da TI pela FGV-RJ e da cadeira de Empreendedorismo na Internet pelo MBI da NCE/UFRJ.

² <https://neofeed.com.br/blog/home/como-sera-o-novo-mundo-depois-que-o-coronavirus-passar/>.

³ Idem.

⁴ Idem.

"A retomada econômica é uma incerteza, pois nunca passamos por 'desligar' o planeta como fizemos desta vez." ⁵ Alguns países poderão reativar mais rapidamente suas economias. É o caso da China, que, mesmo com a crise, estima um PIB positivo em 2020 de cerca de 1,2%⁶. Outros, como o Brasil – que possui uma estrutura trabalhista, fiscal e tributária lenta e burocratizada –, deverão restabelecer mais devagar os níveis anteriores de produtividade e renda.

A crise certamente vai passar. Porém deixará marcas indeléveis. No mundo pós-Covid-19 "serão essenciais declarações de propósito que definam não apenas a relação com os funcionários, mas com todos os stakeholders, o que deverá obrigatoriamente ser parte do DNA da organização" ⁷. As empresas deverão ser cada vez mais integradas e colaborativas. A colaboração passa a ser uma exigência para estar no mercado.

"A parada brusca da economia e atitudes restritivas à movimentação de pessoas exigiu também mudança de hábitos. Trabalhar de casa ou de qualquer lugar, e não apenas no escritório, foi uma dessas mudanças" ⁸. Agora que vimos a viabilidade disso, será ainda necessário que as pessoas se desloquem por horas, todos os dias, quando o trabalho não precisar necessariamente de sua presença física?

Assim, o "local de trabalho passa a ser onde a pessoa está, e não em um prédio com endereço fixo. A empresa pós-Covid-19 será uma empresa preparada para "anywhere working", ou seja, onde as pessoas poderão trabalhar de onde for necessário, inclusive nos escritórios em determinadas situações" ⁹.

Óbvio que o presencial não morrerá. Porém deixará de ser a única opção, impulsionado também pela evolução da tecnologia em seus mais diversos aspectos, principalmente no compartilhamento de dados e imagens, criando ambientes cada vez mais próximos do escritório real. Com isso, as legislações e os processos organizacionais e de gestão também terão que mudar.

⁵ Idem.

⁶ Com a pandemia, a economia da China encolhe 6,8% no primeiro trimestre, primeira queda da série histórica. G1 (16 de abril de 2020).

⁷ <https://neofeed.com.br/blog/home/como-sera-o-novo-mundo-depois-que-o-coronavirus-passar/>.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

12.0

> Barreiras Internacionais e Exportações

Por Renata Agostini Vescovi

A partir da pandemia do coronavírus, uma nova dinâmica nas relações comerciais entre os países deverá ser desenhada. Com a disseminação do vírus pelos continentes, os impactos gerados devem ser ampliados numa escala global, passando a ter reflexos mundiais.

Medidas preventivas deverão ser adotadas no sentido de impedir, ou melhor, minimizar os riscos de novos contágios, principalmente naqueles países onde a luta contra o vírus já foi controlada.

As decisões políticas adotadas pelos governos poderão repercutir (de maneira positiva ou negativa) diretamente nas relações comerciais. A forma de contenção da propagação do vírus, as medidas implementadas para a preservação da vida humana e as disputas políticas internas (no caso do Brasil) são exemplos de fatores que passarão a ser analisados para a celebração de novas parcerias.

A circulação de pessoas deverá ser limitada, e protocolos sanitários e de deslocamento deverão ser adotados, tanto nos aeroportos quanto em estabelecimentos comerciais. A atividade turística continuará impactada, e novos formatos e modalidades deverão ser criados. É possível que alguns países limitem o acesso de estrangeiros, principalmente das nações e regiões que não tenham a doença sob controle.

Novos protocolos deverão ser criados para a circulação de produtos e serviços e, mesmo que não haja queda da demanda – como no caso do agronegócio –, a entrada de produtos já enfrenta atrasos na liberação em diversos portos de países compradores e vendedores, em decorrência de medidas mais restritivas e rigorosas de proteção sanitária.

Já visando à retomada da economia, o governo brasileiro, por meio do Ministério das Relações Internacionais, tem intensificado a articulação com os principais parceiros comerciais. Com relação ao governo dos Estados Unidos, por meio da Comissão de Relações Econômicas e Comerciais Brasil-EUA (Atec), estão sendo discutidas regras comerciais e de transparência, a fim de garantir o comércio e as boas práticas regulatórias entre os dois países.

Com relação à China, o mais importante parceiro comercial do Brasil, mesmo sob os efeitos da pandemia, as exportações para esse país apresentam resultados positivos, em especial de produtos agrícolas. Necessário, porém, cuidar das relações institucionais, evitando constrangimentos diplomáticos, como fatos recentemente ocorridos envolvendo declarações de deputados e ministros sobre condutas da China em relação à Covid-19.

Mas, considerando um cenário em que haja a instalação de barreiras severas e/ou o fechamento de fronteiras, certamente impactos serão observados, tanto nas exportações quanto nas importações.

13.0

> China: Retomada Mundial - Desafios e Oportunidades

Por Renata Agostini Vescovi e Eduardo Rodrigo Donatelli Simoes

A China figura entre as principais fontes de investimento estrangeiro direto no Brasil, com crescente presença em setores da economia nacional. A corrente de comércio Brasil-China ampliou-se de forma marcante na última década. De US\$ 3,2 bilhões em 2001 passou para US\$ 98 bilhões em 2019. A China é o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009. Em 2012, ela se tornou nosso principal fornecedor de produtos importados.

Em 2019, o Brasil exportou para a China um total de US\$ 62,8 bilhões e importou US\$ 35,2 bilhões.

Com a pandemia, a economia da China encolheu 6,8% no primeiro trimestre de 2020, primeira queda da série histórica. Porém os investidores esperam uma recuperação ainda no segundo trimestre, à medida que a ordem social seja gradualmente restaurada.

"Tudo que acontece na China tem um impacto porque é o segundo maior importador do mundo. Os efeitos serão sentidos nas commodities, como petróleo, soja, proteínas e minério", explica o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro.

Já o professor Mauro Rochlin, da Fundação Getulio Vargas (FGV), diz evitar qualquer exercício do que chama de "futurologia". Segundo ele, a pandemia representa um desafio sem precedentes para a economia mundial. Em adição a esse tema, Mauro Rochlin afirma que é muito difícil alguém, nessa hora, conseguir colher qualquer tipo de dado. "Isso acontece porque estamos em um quadro extremamente dinâmico. O dado de hoje não vale para amanhã, então, qualquer estudo se torna inconsistente."

Percebe-se que a visão dos especialistas não é unânime quanto à retomada econômica chinesa. Enquanto alguns apostam no rápido retorno da produção em decorrência da demanda reprimida, outros acreditam num crescimento mais lento, pois as demais economias também foram afetadas.

Para o Prêmio Nobel de Economia de 2001, Michael Spence, a retomada será, de fato, lenta, podendo durar cerca de dois anos. Isso porque a China poderá sofrer algum tipo de retaliação comercial, considerando que há dúvidas em relação ao surgimento (espontâneo ou não) do coronavírus e também no que se refere à falta de transparência e compartilhamento de informações. Vale lembrar que a China foi o primeiro país a enfrentar a pandemia e poderia, eventualmente, contribuir de forma mais intensa com as demais nações com informações sobre a doença, principalmente no início da sua propagação.

Mas a China tem aproveitado as oportunidades que se apresentam em função da pandemia para iniciar a retomada de sua economia. Ofereceu ajuda à Europa com equipamentos de saúde e, posteriormente, transformou essa ação em comércio. O país encara a Europa como uma região da qual os Estados Unidos estão se retirando, podendo projetar poder e influência. E as relações econômicas com os norte-americanos têm sido bastante conflituosas nos últimos tempos, beirando à ruptura diplomática. Muitas incógnitas no ar com relação a esse tema.

China: fornecedor importante de equipamentos e insumos da área médica

A área da saúde é um dos setores mais importantes para qualquer país, tanto no aspecto econômico quanto social. Entretanto, a autossuficiência nem sempre é uma realidade. No caso do Brasil, a defasagem tecnológica de equipamentos médicos e odontológicos faz com que o país dependa muito da importação de produtos estrangeiros.

Enquanto isso, a China tem expandido seu mercado, investindo em patentes e em qualidade e, por isso, tem sido um parceiro fundamental do Brasil, principalmente pelo lado da venda de sua produção. Em outras palavras, nesse setor, somos deficitários na relação comercial mantida com a China.

Vale aqui um breve resgate histórico: no Brasil, a indústria de produtos médicos surgiu na década de 1950 e atingiu seu ápice nos anos 70. Porém as transformações no cenário internacional e doméstico fizeram com que o país chegasse nestas últimas décadas dependendo fortemente da importação desses equipamentos, sobretudo aqueles com maior valor tecnológico agregado. Tanto a rede pública quanto a privada optam pela importação desses produtos, pois a oferta externa oferece produtos mais baratos e, por vezes, com maior carga inovativa.

De forma geral, os produtos médicos podem ser classificados como "de alta tecnologia agregada" e "produtos convencionais". A primeira categoria engloba aqueles produtos que requerem maiores investimentos em pesquisas e tecnologia, enquanto os segundos são mais simples, como seringas, gases, máscaras etc.

O Brasil tem se dedicado especialmente à produção dessa segunda linha de produtos médicos. Entretanto países como a China têm ganhado maior espaço nas últimas décadas também nesse segmento, com capacidade produtiva significativamente maior.

A grande diferença entre Brasil e China é que nela há diversas questões institucionais, como a fragilidade da legislação trabalhista e os baixos padrões de regulação sanitária, que fazem com que consiga produzir com menor custo e ofereça preços muito mais competitivos no mercado internacional.

No entanto a realidade chinesa vem mudando. O país vem investindo em diversas patentes e no aperfeiçoamento da qualidade de seus produtos. Mesmo assim, sob o ponto de vista comercial, os produtos chineses ainda são muito vantajosos e, por isso, cada vez mais os brasileiros têm recorrido aos equipamentos médicos produzidos internacionalmente.

Negócios: Mercado

> Oportunidades

· Produção local de produtos, acessórios e insumos para o setor da saúde, principalmente por micro e pequenas empresas.

· Brasil como fornecedor de artigos para a China (grãos, minério de ferro, celulose, papel).

> Desafios

· Maior investimento na saúde (federal, estadual e municipal).

· Incentivos para a produção local de produtos, acessórios e insumos na área da saúde.

· Produtos certificados para aumentar a segurança do uso.

· Fomentar a compra das micro e pequenas empresas.

· Incerteza de quando e como virá a retomada.

· Participação das micro e pequenas empresas locais em compras e licitações (na área de saúde), baseada na lei das micro e pequenas empresas.

· Facilitar o acesso ao crédito para micro e pequenas empresas.

· Aumentar a competitividade das MPEs.

Fontes

Valor Econômico. Spence prevê recessão curta, mas profunda, e recuperação lenta. Disponível em:

<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/04/24/spence-preve-recessao-curta-mas-profunda-e-recuperacao-lenta.ghtml>.

Relações comerciais entre China e Brasil. Eduardo V. M. Villela.

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2020/03/como-fica-o-brasil-e-qual-o-papel-do-estado-na-nova-ordem-mundial-pos-coronavirus-ck8a9c2ti02860lrzjq4x2y2x.html>.

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2020/03/o-mundo-a-reconstruir-como-ficara-o-jogo-internacional-de-poder-apos-o-coronavirus-ck8a9b56v08f701pqhstps3r.html>.

<https://abimo.org.br/noticias/embaixada-do-brasil-em-pequim-orienta-sobre-os-procedimentos-burocraticos-da-china-para-importacao-de-produtos-medicos/>.

<https://abimo.org.br/docs/Resumo-3-Canais-23Abril2020-final.pdf>.

<https://abimo.org.br/docs/oficio-158028-137646.pdf>.

<http://www.apexbrasil.com.br/estudos-exclusivos-de-oportunidades-no-exterior>.

<https://www.chinalinktrading.com/blog/importar-equipamentos-medicos-da-china/> Por Anna Carolina Monéia Farias, diretamente de Marília, SP, Brasil.

<https://www.chinalinktrading.com/blog/coronavirus-economia-importacao/>.

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4926&Itemid=478&cod_pais=CHN&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR.

<https://abimo.org.br/>.

<https://fei.edu.br/sites/sicfei/2015/Produ%C3%A7%C3%A3o/O%20SETOR%20DE%20EQUIPAMENTOS%20M%C3%89DICO-HOSPITALARES%20BRASILEIRO%20-%20INOVA%C3%87%C3%83O%20COMPETITIVIDADE%20E%20DESAFIOS.pdf> / Artigo Natália Gomes, Gabriela Scur / Centro Universitário da Fei.

http://www.portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/566/original/FEC_abril_2020.pdf?1587586955.

<https://financeone.com.br/economia-da-china-qual-influencia-mundo/>.

<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/coronavirus-fabricantes-apontam-dificuldades-de-importacao-disparada-de-precos-na-industria-hospitalar-24348330>.



política

Análise
da crise
e impactos
para os
pequenos
negócios

14.0

> **Confiança e Perspectivas dos Agentes Econômicos**

Por João Vicente Pedrosa Moreira

Um combustível fundamental, que move a economia de qualquer país, é a confiança que os agentes econômicos depositam nas lideranças públicas e nas políticas econômicas que eles adotam.

Pessoas e empresas não vão investir seus recursos – e, principalmente, os de terceiros – se a mensagem que chega das autoridades políticas e econômicas não lhes passar um mínimo de segurança, transparência e respeito às normas e leis vigentes. Em casos onde o receio prevalece, o investidor prefere aguardar o desenrolar dos acontecimentos ou simplesmente transferir seu capital para praças mais vantajosas. Em economias com características neoliberais, acontecimentos assim são verdadeiros desastres.

Em depoimento dado recentemente pelo ministro da Economia, Paulo Guedes¹, o Brasil estava entrando em um novo ciclo virtuoso de confiança e crescimento, até que foi atingido em cheio pela pandemia do novo coronavírus. Segundo sua percepção, haveria todo um cenário positivo a nos levar ao crescimento de maneira definitiva, sem os famosos "voos de galinha", como foram apelidadas diversas medidas adotadas pelo Brasil que oxigenaram por períodos efêmeros nossa economia².

Mas, com uma certa frequência, a vida resolve imitar a arte. Estamos passando por um momento de turbulência que nenhum analista, de qualquer área, poderia prever. Situação "de guerra" demanda medidas de gestão radicais. E o governo brasileiro, é fato, tem agido no sentido de mitigar as consequências nefastas que nos afligem. Se serão suficientes, somente o tempo dirá.

¹ Live com Paulo Guedes – Banco BTG Pactual, em 20 de abril de 2020.

² Como exemplo, podemos citar os Planos Cruzados 1 e 2, Plano Besser e Plano Collor, entre outros.

E como essas medidas estão chegando nas pessoas e nas empresas? A Fundação Getúlio Vargas, conhecida nacionalmente por suas diversas medições econômicas e sociais, possui uma série de indicadores que acompanham as expectativas dos agentes econômicos brasileiros e, por vezes, em parcerias com institutos de outros países.

Alguns desses indicadores serão aqui comentados, com o objetivo de tentar compreender como andam os ânimos locais quanto ao nosso futuro e se é possível vislumbrar um mundo melhor um pouco mais à frente.

Em comum entre esses indicadores é que todos possuem séries históricas amplas, o que nos dá uma boa visão em perspectiva, sendo possível comparar o hoje com outros momentos difíceis por que passamos. A pandemia refletiu de forma intensa e negativa em todos eles, sem exceção, indicando que estamos no meio de uma inegável tristeza social e empresarial.

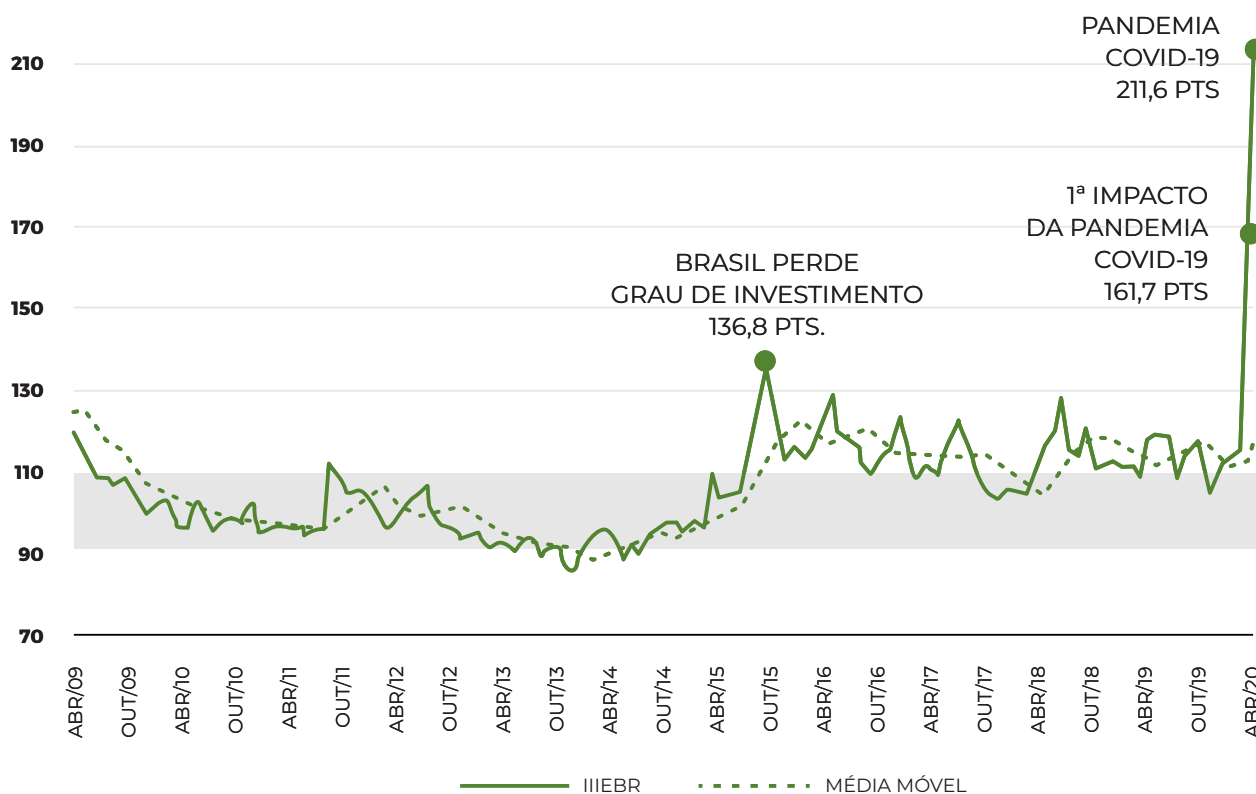
Indicador de Incerteza da Economia (IIE-BR / FGV)

Este indicador "busca mensurar a incerteza da economia brasileira a partir de informações coletadas dos principais jornais do país, do índice Ibovespa e das expectativas do mercado financeiro acerca de variáveis macroeconômicas. Na literatura econômica, choques de incerteza podem gerar impactos negativos tanto nas empresas, desmotivando investimentos e produção, quanto nas famílias, diminuindo a propensão ao consumo"³.

A tabela a seguir dá uma dimensão desse indicador desde 2009 e mostra a aflição empresarial, em abril de 2020, de uma maneira que destoava completamente dos períodos anteriores.

³ <https://portalibre.fgv.br/estudos-e-pesquisas/indicador-de-incerteza-da-economia/>.

INDICADOR DE INCERTEZA DA ECONOMIA BRASIL (III-Br) (EM NÍVEL E EM MÉDIA MÓVEL DE SEIS MESES)



Em termos meramente quantitativos, verifica-se uma subida de 43,4 pontos em abril de 2020. Ao registrar 211,6 pontos, o indicador atinge o seu recorde histórico, superando o valor verificado no mês anterior (março), que, por sua vez, já tinha superado outro recorde, o de setembro de 2015, quando atingiu 136,8 pontos.

Importante registrar a fala de Anna Carolina Gouveia, economista da FGV IBRE: "O segundo trimestre de 2020 se inicia com a incerteza econômica batendo novo recorde, sob influência da pandemia de Covid-19 e seu impacto sem precedentes na atividade econômica e nas finanças de famílias e empresas. Embora exista algum grau de certeza quanto ao inevitável declínio da atividade durante o período de isolamento social, há enorme incerteza quanto aos efeitos das medidas anunciadas pelo governo para minimizar a crise e quanto à velocidade possível da retomada econômica após o período mais crítico" ⁴.

⁴ <http://www.investimentosenoticias.com.br/noticias/economia/incerteza-da-economia-atinge-recorde-historico>.

Sondagem do Comércio

A sondagem do comércio, também conhecida por Índice de Confiança do Comércio (Icom), "traz, mensalmente, informações usadas para que seja possível um completo acompanhamento da situação atual e antecipação de tendências econômicas para o setor. A qualidade da amostra e a rapidez com que é divulgada a tornam ferramenta indispensável para a tomada de decisões empresariais"⁵.

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO COMÉRCIO

(DADOS DE ABR/10 A MAR/20, DESSAZONALIZADOS)



Mantendo coerência com os resultados do indicador anterior, o Icom teve um recuo de 26,9 pontos em abril, o maior desde que a série foi criada, em abril de 2010.

Avaliando os dados, Rodolpho Tobler, coordenador da Sondagem do Comércio da FGV IBRE, registra: "Impactada pela pandemia e pelas medidas de restrição e isolamento social, a confiança do comércio desabou em abril. Ao contrário de março, quando a queda havia sido determinada inteiramente pela piora das expectativas, em abril, a percepção da situação atual exerceu a maior influência na piora da confiança, mostrando que o setor registrou queda muito forte no ritmo de vendas no mês. Ainda é difícil observar um cenário de recuperação no curto prazo, mesmo com algum afrouxamento do isolamento social, dado o nível elevado de incerteza e a grande cautela que é observada na percepção dos consumidores"⁶.

⁵ <https://portalibre.fgv.br/estudos-e-pesquisas/sondagens-e-indices-de-confianca/sondagem-do-comercio/>.

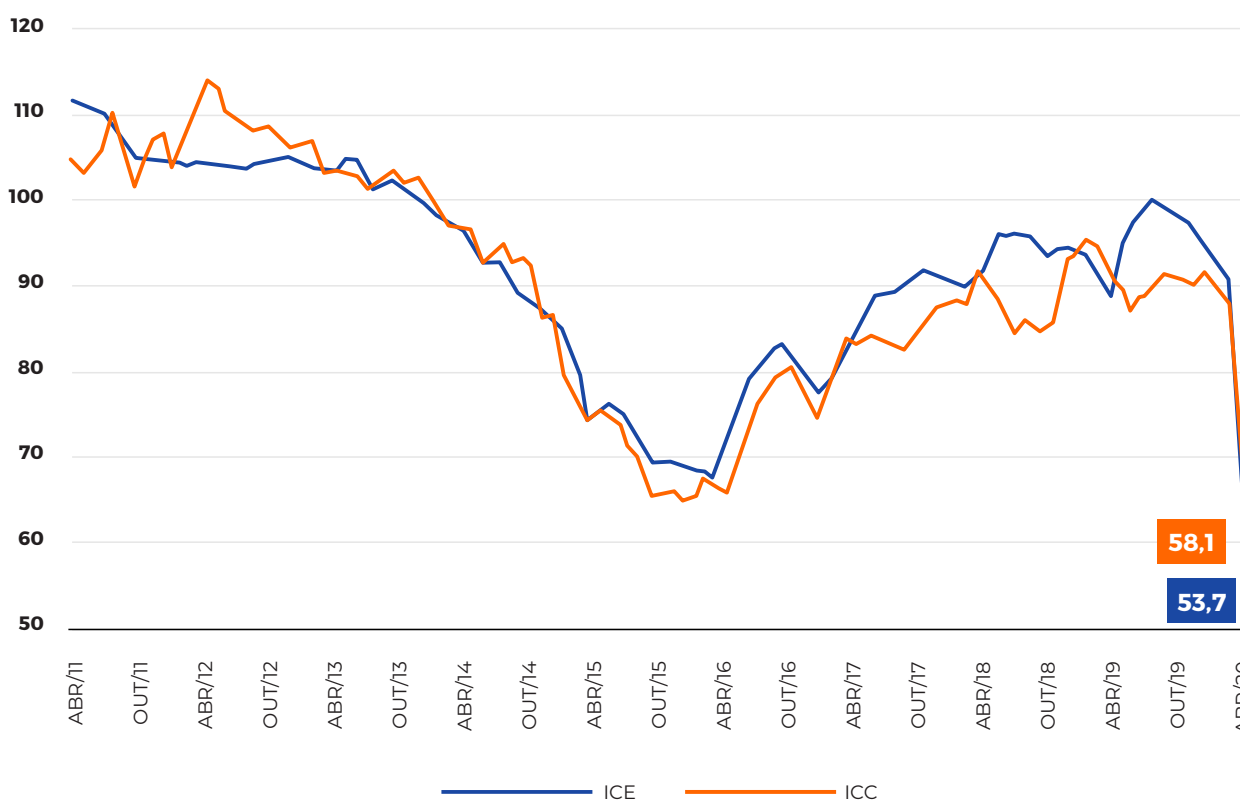
⁶ <https://portalibre.fgv.br/navegacao-superior/noticias/confianca-do-comercio-recua-em-abril-e-registra-maior-queda-desde-o-inicio-da-serie.htm>.

Índice de Confiança Empresarial (ICE) e Índice de Confiança do Consumidor (ICC)

O Índice de Confiança Empresarial (ICE) consolida os índices de confiança de quatro setores cobertos pelas sondagens empresariais produzidas pela FGV IBRE: indústria, serviços, comércio e construção.

Já o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) procura captar o sentimento do consumidor em relação à situação geral da economia e de suas finanças pessoais. Quando o consumidor está satisfeito e otimista em relação ao futuro, tende a gastar mais. Quando está insatisfeito, pessimista, gasta menos. A confiança do consumidor, portanto, atua como fator redutor ou indutor do crescimento econômico⁷.

ÍNDICE DE CONFIANÇA EMPRESARIAL E ÍNDICE DE CONFIANÇA DO CONSUMIDOR (DADOS DE ABR/11 A ABR/20*, DESSAZONALIZADOS)



Pelos dados mostrados na tabela anterior, verifica-se, novamente, uma queda forte em abril nos dois índices em análise (ICE e ICC), que, por sinal, comportaram-se de maneira análoga. Como nos demais indicadores mostrados até aqui, são casos recordes, se considerarmos toda as séries históricas anteriores.

⁷ https://portalibre.fgv.br/data/files/BA/93/05/5B/314F1710199794F68904CBA8/Bar_metros%20Globais%20KOF-FGV_Press%20release_05_2020.pdf
<https://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92BB7A891DEF>.

Barômetros econômicos globais

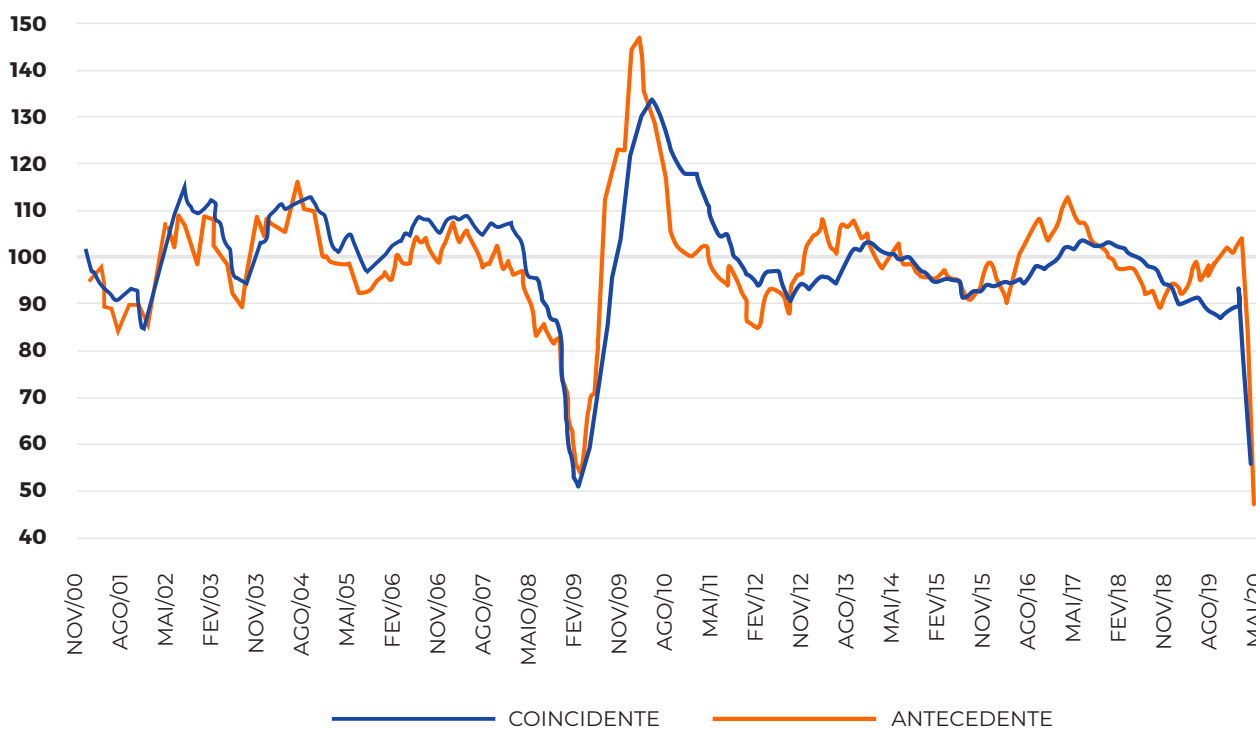
Os barômetros econômicos globais são um sistema de indicadores que permitem uma análise tempestiva do desenvolvimento econômico global⁸. O sistema consiste em dois indicadores compostos: um barômetro "coincidente" e um barômetro "antecedente".

· O barômetro coincidente reflete o estado atual da atividade econômica.

· O barômetro antecedente emite um sinal cíclico cerca de seis meses à frente dos desenvolvimentos econômicos reais.

Os dois indicadores são realizados em mais de 50 países e incluem entre 600 e 1 mil séries temporais diferentes. A edição deste mês (maio de 2020) já mostra o aprofundamento da crise motivada pela pandemia de coronavírus. Os dois indicadores atingiram os níveis mínimos das respectivas séries iniciadas em 1991. O resultado sinaliza a possibilidade de um impacto sem precedentes no PIB mundial do segundo trimestre de 2020⁹.

BARÔMETRO ECONÔMICO GLOBAL - COINCIDENTE VS ANTECEDENTE (MÉDIA OUT/09 A SET/19 = 100, COM AJUSTE SAZONAL)



Fonte: Instituto Econômico Suíço KOF, ETH Zurich, Suíça e Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil

⁸ Trata-se de uma colaboração entre o Instituto Econômico Suíço KOF da ETH Zurique, na Suíça, e a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

⁹ https://portalivre.fgv.br/data/files/BA/93/05/5B/314F1710199794F68904CBA8/Bar_metros%20Globais%20KOF-FCV_Press%20release_05_2020.pdf

Conforme registrado no press release da FGV / KOF, de 8 de maio, "a queda de ambos os indicadores foi disseminada em todos os continentes e sinaliza uma retração da economia mundial no início de segundo trimestre de 2020 que já parece ser mais grave que a ocorrida no pior momento da crise de 2008-2009"¹⁰.

Contribuição da política para a confiança dos agentes econômicos

Importante também considerar outro aspecto que interfere na confiança dos agentes econômicos, que são as intempéries políticas. Nesse sentido, já são de conhecimento de todos os diversos embates em geral sem espaço para diálogo e muito menos para consensos entre as lideranças dos poderes da República, governadores e imprensa.

Porém um novo episódio dessa história começa a aparecer no cenário, talvez, agora, com o poder de fragilizar fortemente o apoio popular dado ao presidente da República e tendendo a estar no centro das atenções públicas e midiáticas nos próximos meses, juntamente com a pandemia do coronavírus.

No momento em que este texto foi escrito, início de maio de 2020, a autoridade política do presidente foi posta em xeque com denúncias envolvendo suposto tráfico de influência no âmbito da Polícia Federal, que culminaram com a saída do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. A questão está sendo tratada pelo Supremo Tribunal Federal e pode ter diversos desdobramentos, inclusive o impeachment do presidente.

Independentemente das posições que cada ator possua nesse quadro (não cabe a este artigo apontar culpados ou inocentes), é certo que ele contribuirá negativamente com as expectativas das pessoas e deverá influenciar o cenário econômico por muitos meses, principalmente no que se refere aos investimentos privados de grande porte. Afinal, quem, em sã consciência, querará investir seus recursos num país onde a autoridade presidencial, mais uma vez, é posta em xeque?

Fica o desafio para que as forças políticas possam voltar a se entender, se não em definitivo, pelo menos temporariamente, e, com isso, direcionarem suas energias para o que realmente interessa: a retomada do emprego, da renda e, não menos importante, da confiança dos agentes econômicos que fazem a economia girar.

¹⁰ Idem.

Impactos (para as MPEs)

> Pontos positivos

- Pressão popular pode estimular o governo federal a adotar medidas mais contundentes de apoio às empresas, pessoas e entes federativos.

> Pontos negativos

- Falta de uma liderança nacional que consiga controlar o avanço da Covid-19 e, ao mesmo tempo, acalmar os ânimos das pessoas adotando as medidas econômicas e de restrição necessárias.

- Parte da população, estimulada pelo presidente da República, reivindicando fortemente a reabertura dos estabelecimentos comerciais, indo de encontro às diretrizes da OMS adotadas pela maioria dos países.

- Bancos públicos e privados mantêm a premissa do retorno ótimo sobre os recursos que emprestam, sem considerar o papel social que possuem. A desconfiança empresarial aumenta com essa postura, pois a expectativa é tão somente a de adiamento da inadimplência para um ponto futuro após os prazos de carência creditícia.

Negócios (mercado)

> Oportunidades

- MPEs demandarão ações fortes em termos de consultorias para restabelecerem suas contas.

> Desafios

- Inadimplência pós-crise atinge níveis preocupantes, principalmente para as empresas que demandaram recursos que poderiam ter sido oferecidos a partir de taxas socialmente justas.

- Ampliação da demanda por consultorias de gestão financeira e de apoio para renegociação de contratos.

Fontes

Live com Paulo Guedes – Banco BTG Pactual, em 20 de abril de 2020.

O efeito voo de galinha na economia brasileira, 29 de março de 2017, por Antônio Carlos de Oliveira. Disponível em:
<https://diariodeuberlandia.com.br/coluna/378/o-efeito-voo-de-galinha-na-economia-brasileira>.

<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>.

http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/570660/RAF39_ABR2020_Apresentacao_pt.pdf?sequence=14&isAllowed=y

Live do jornal Valor Econômico com Luiz Carlos Mendonça de Barros, engenheiro e economista, ex-presidente do BNDES e ex-ministro das Comunicações no governo FHC, em 17 de abril de 2020.

Programa Roda Viva entrevistando a economista e professora do Johns Hopkins University, Mônica de Bolle, em 20 de abril de 2020.

Revista Exame, de 22 de março de 2020. O que pode acontecer após o pico da pandemia de coronavírus passar?

GGN online, de 24 de março de 2020. Manifesto para um programa emergencial de superação da crise econômico-sanitária de 2020, por professores do Departamento de Ciências Econômicas da UFRJ.

Revista Exame, de 1º de abril de 2020. Oito megatendências ecológicas para o mundo pós-coronavírus, por Alexandre Mansur.

Valor Econômico, de 17 de abril de 2020. Estado vai investir na recuperação pós-crise, por Claudia Safatle.

Depoimento de especialistas, Jornal GGN, em 20 de março de 2020. Como será o mundo pós-coronavírus?

Depoimento de especialistas, site GauchaZH, em 27 de março de 2020. Como fica o Brasil e qual o papel do Estado na nova ordem mundial pós-coronavírus?

Entrevista com Roberto Teixeira da Costa, Estadão, em 31 de março de 2020. Brasil pós-crise do coronavírus.

Entrevista com Reinaldo Le Grazie, Valor Econômico, em 20 de abril de 2020. Dólar a R\$ 5,20 é solução, diz Le Grazie.

15.0

> Neoliberalismo em Xeque

Por João Vicente Pedrosa Moreira

A pandemia do coronavírus colocou em xeque estamentos considerados sagrados do pensamento neoliberal, que dominam as percepções de parte do mainstream econômico, político e jornalístico do Brasil e do mundo, em especial nos países considerados democracias liberais.

Esse caráter neoliberal é percebido principalmente pela contínua desidratação da ação do Estado enquanto motor econômico e, em contrapartida, pelo papel de capitais privados que, supõe-se, deveriam liderar os investimentos em infraestrutura de que o Brasil tanto precisa.

E é esse o pensamento que começa a ser questionado neste momento de pandemia. Isso porque as escolas de economia de caráter ortodoxo (de onde o neoliberalismo provém) não dispõem de remédios eficazes para momentos de crises macroeconômicas agudas, como esta que agora nos atinge.

Muitos economistas, políticos e analistas em geral veem surgir o que se poderia chamar de uma nova economia, na qual o papel social e empresarial do Estado passaria a ter mais relevância, na medida em que precisa estimular um mercado que, por si só, não dispõe dos mecanismos adequados para se restabelecer sozinho. É nesse ponto que o ideário neoliberal começaria a "fazer água", e até o tão sagrado equilíbrio fiscal do Estado deixaria de ser visto como mantra inquestionável.

Em adição, defensores mais radicais da presença estatal no cotidiano econômico afirmam que o peso da sua mão, neste momento, deve ser o mais contundente possível, considerando, inclusive, transferências de renda unilaterais, sem necessidade de reembolsos futuros.

Pelas medidas até o momento tomadas pelo governo federal, principalmente pelo Ministério da Economia, nota-se, de fato, que o receituário intervencionista está sendo adotado. Porém há críticas, por exemplo, quanto à intensidade das ações realizadas pelos bancos públicos e privados, que estão sendo acusados de receberem aportes financeiros do Banco Central, mas os deixando "empoçados" em seus caixas, aguardando que melhores oportunidades se apresentem.

Também o debate sobre o tamanho da ajuda federal aos estados esquentou bastante nas últimas semanas, ampliando as expectativas dos entes públicos locais, que, a cada dia, se veem com menos recursos em caixa. Espera-se que a aprovação em definitivo do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus Sars-CoV-2 (Covid-19) – PL 39/2020 possa aliviar por um tempo a situação de estados e municípios.

Mas o fato é que o momento não seria o mais adequado para embates ideológicos e conceituais. É hora de ajudar os mais necessitados e depois ver como ficam as contas, não importando se quem vai receber apoio é uma pessoa, uma empresa, um município ou mesmo o maior ou menor dos estados da Federação.

Impactos (para as MPEs)

> Pontos positivos

· Pensamento neoliberal é motivacional para as MPEs, pois estimula uma visão concorrencial com baixa participação do Estado no dia a dia das empresas.

· Mas considerando que uma lógica intervencionista prevaleça (antiliberal), é possível haver a ampliação de reservas de mercado. Sendo assim, novas oportunidades podem surgir para as empresas, principalmente as do setor industrial, que terão estímulos para produzir localmente o que antes se importava.

· Ainda na lógica mais intervencionista do Estado, recursos públicos investidos em infraestrutura podem beneficiar diversas cadeias produtivas. As MPEs se beneficiarão com isso.

> Pontos negativos

· Neoliberalismos com baixa capacidade de resolução de crises, possibilitando cenários adversos para as MPEs.

· Linhas de crédito existem, mas com exigências e garantias cada vez maiores por causa da crise (tantos em bancos públicos quanto privados).

· Com eventual entrada de recursos públicos como alavanca de investimentos, deve aumentar a burocracia para sua liberação, principalmente no que se refere às licitações públicas e ao papel fiscalizador exercido por tribunais de contas, ministérios públicos e outros órgãos de controle.

Fontes

Live da Apex com o professor Arilton Teixeira, o deputado federal Felipe Rigoni e o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, mediado por Vitor Casagrande, em 17 de abril de 2020.

Live do jornal Valor Econômico com Luiz Carlos Mendonça de Barros, engenheiro e economista, ex-presidente do BNDES e ex-ministro das Comunicações no governo FHC, em 17 de abril de 2020.

Live com Paulo Guedes – Banco BTG Pactual, em 20 de abril de 2020.

Programa Roda Viva entrevistando a economista e professora do Johns Hopkins University, Mônica de Bolle, em 20 de abril de 2020.

Revista Exame, de 22 de março de 2020. O que pode acontecer após o pico da pandemia de coronavírus passar?

GGN online, de 24 de março de 2020. Manifesto para um programa emergencial de superação da crise econômico-sanitária de 2020, por professores do Departamento de Ciências Econômicas da UFRJ.

Revista Exame, de 1º de abril de 2020. Oito megatendências ecológicas para o mundo pós-coronavírus, por Alexandre Mansur.

Valor Econômico, de 17 de abril de 2020. Estado vai investir na recuperação pós-crise, por Claudia Safatle.

Depoimento de especialistas, Jornal GGN, em 20 de março de 2020. Como será o mundo pós-coronavírus?

Depoimento de especialistas, site GauchaZH, em 27 de março de 2020. Como fica o Brasil e qual o papel do Estado na nova ordem mundial pós-coronavírus?

Entrevista com Roberto Teixeira da Costa, Estadão, em 31 de março de 2020. Brasil pós-crise do coronavírus.

Entrevista com Reinaldo Le Grazie, Valor Econômico, em 20 de abril de 2020. Dólar a R\$ 5,20 é solução, diz Le Grazie.

16.0

> Privatizações

Por João Vicente Pedrosa Moreira

A Covid-19 influenciou fortemente para que as privatizações capitaneadas tanto pelo governo federal quanto por diversas unidades da Federação paralisassem a partir de março deste ano. Isso porque a prioridade passou a ser o enfrentamento da doença.

Analistas de diversas áreas estimam que somente com a redução dos impactos da doença o tema privatização voltará à cena, pois "com a queda de arrecadação trazida pela pandemia, o desejo de alienação rápida das estatais vai aumentar. Os estados têm um interesse muito forte", comenta João Carlos Mello, da Thymos Energia¹². E essa retomada deve ocorrer, de acordo com diversos especialistas, somente em 2021.

Um aspecto importante que deve ser registrado é que o mercado tem a expectativa que a retomada das negociações privatistas pós-pandemia deverá ocorrer de forma positiva. "A questão financeira não deverá ser um problema quando a crise acabar, já que está ocorrendo um aporte dos bancos centrais ao redor do mundo, que vai deixar o sistema financeiro com capital para investir", frisa Fernando Camargo, sócio diretor da LCA Consultores¹³.

Pelo lado do governo federal, em que pese a pauta das privatizações não ter sido extinta, mas somente adiada, outras alternativas para oxigenar a economia no pós-pandemia estão sendo gestadas, o que, sob certo ponto de vista, criam um paradoxo conceitual para o próprio governo.

¹² <https://canalenergia.com.br/especiais/53133619/a-covid-19-no-caminho-das-privatizacoes>.

¹³ Idem.

Como exemplo, podemos citar o Programa Pró-Brasil, apelidado de "Plano Marshall tupiniquim". Em essência, trata-se de investimentos públicos diretos em infraestrutura para estimular a economia.

Esse plano, até o momento, não está sendo visto com bons olhos pelo Ministério da Economia, afinal, qual sentido faz, de um lado, vender ativos para aliviar o caixa da União e, de outro, investir em obras de infraestrutura que poderiam ser conduzidas pelo setor privado?

O fato é que há um debate sendo travado dentro dos muros do governo. Não se pode negar que os efeitos de privatizações passadas foram bastante positivos para a economia brasileira. "A Vale passou de 10 mil [empregos] para 70 mil, a Embraer de 9 mil para 18 mil e a CSN de 15 mil para 24 mil. Privatizar significa aumentar o número de postos de trabalho. A iniciativa privada investe, cresce, aumenta a produtividade e a eficiência dos setores. Com esse crescimento, precisa de mais força de trabalho. O governo não tem mais dinheiro e é preciso usar dinheiro privado, e há muito dinheiro privado no mundo. É possível usar esse dinheiro para investir na nossa infraestrutura"¹⁴, afirmou o secretário de Desestatização da Economia, Salim Mattar, em um evento em defesa do programa de privatizações do Ministério da Economia.

É possível, então, vislumbrar o retorno da pauta privatista para o ano que vem, independentemente do papel que o Estado obrigatoriamente está tomando neste momento, com aumento dos gastos públicos e possíveis investimentos diretos em infraestrutura.

¹⁴ <https://www.euqueroinvestir.com/casa-civil-coordena-plano-de-recuperacao-economica-para-o-brasil-pos-pandemia/>

Impactos (para as MPEs)

> Pontos positivos

· Privatizações dão nova dinâmica à economia, com efeito multiplicador de renda e emprego.

· Capital externo é atraído para o Brasil e, com ele, inovações em diversas áreas.

· MPEs favorecidas pelas cadeias de produtos e serviços que surgem.

> Pontos negativos

· Ambiente para as privatizações perde força devido à pandemia, bem como por causa da mudança de foco da política econômica, agora mais intervencionista.

· Setor privado retrai investimentos, reduzindo com isto novas oportunidades de negócios.

· MPEs podem perder mercados potenciais, que surgiriam a partir das privatizações e concessões públicas.

Negócios (mercado)

> Oportunidades

· As privatizações propiciam um novo ambiente de negócios. Com a entrada de capital novo no mercado, estimula-se a criação de novas empresas. As MPEs são beneficiadas com esse cenário.

· Possibilidade de atração de investimentos externos no Brasil por causa das regras mais claras e transparentes, ampliando cadeias de produtos e serviços e dando oportunidade a diversas MPEs de participarem desse cenário positivo.

> Desafios

· Redução do mercado potencial para MPEs caso o programa de privatizações não avance.

Fontes

Live da Apex com o professor Arilton Teixeira, o deputado federal Felipe Rigoni e o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, mediado por Vitor Casagrande, em 17 de abril de 2020.

Live do jornal Valor Econômico com Luiz Carlos Mendonça de Barros, engenheiro e economista, ex-presidente do BNDES e ex-ministro das Comunicações no governo FHC, em 17 de abril de 2020.

Live com Paulo Guedes – Banco BTG Pactual, em 20 de abril de 2020.

Programa Roda Viva entrevistando a economista e professora do Johns Hopkins University, Mônica de Bolle, em 20 de abril de 2020.

Valor Econômico, de 17 de abril de 2020. Estado vai investir na recuperação pós-crise, por Claudia Safatle.

Depoimento de especialistas, Jornal GGN, em 20 de março de 2020. Como será o mundo pós-coronavírus?

Depoimento de especialistas, site GauchaZH, em 27 de março de 2020. Como fica o Brasil e qual o papel do Estado na nova ordem mundial pós-coronavírus?

Entrevista com Roberto Teixeira da Costa, Estadão, em 31 de março de 2020. Brasil pós-crise do coronavírus.

Governo desiste de privatizações em 2020, e secretário diz que não há dinheiro para 'Plano Marshall'. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/governo-desiste-de-privatizacoes-em-2020-e-secretario-diz-que-nao-ha-dinheiro-para-plano-marshall.shtml?origin=folha>.

Governo adia meta de privatizações e venda de ativos em 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/04/22/interinas_economia,847187/governo-adia-meta-de-privatizacoes-e-venda-de-ativos-de-2020.shtml.

A Covid-19 no caminho das privatizações, em 30 de abril de 2020. Disponível em: <https://canalenergia.com.br/especiais/53133619/a-covid-19-no-caminho-das-privatizacoes>.

Casa Civil coordena plano de recuperação econômica para o Brasil, em 22 de abril de 2020. <https://www.euqueroinvestir.com/casa-civil-coordena-plano-de-recuperacao-economica-para-o-brasil-pos-pandemia/>.

17.0

> Reformas Administrativa e Tributária

Por João Vicente Pedrosa Moreira

No âmbito do governo federal, a política econômica adotada até antes da crise considerava a urgência com o prosseguimento da modernização do Estado brasileiro, mais especificamente com as reformas tributária, administrativa, do novo marco regulatório do saneamento, nas concessões para exploração petrolífera e até sobre a independência do Banco Central¹⁵.

Nota-se, pois, o caráter neoliberal dessas medidas ao considerar a contínua desidratação da ação estatal e do papel de capitais privados que, supõe-se, deveriam liderar os investimentos em infraestrutura de que o Brasil tanto precisa.

Em live, o ministro Paulo Guedes reiterou em diversas passagens que a retomada da economia pós-pandemia estará condicionada ao retorno dessas reformas estruturais. Reiterou também que deverá ser o setor privado o vetor principal para a retomada dos investimentos, cabendo ao setor público inversões pontuais, principalmente na saúde e demais áreas típicas.

Ocorre que esse pensamento não encontra eco entre diversos especialistas pesquisados. Há uma certa unanimidade sobre a necessidade do aumento dos gastos públicos tanto agora, para que pessoas e empresas possam sobreviver, quanto no futuro, principalmente na manutenção de uma renda básica mínima para parte significativa da população que vive em condições de risco social.

Por outro lado, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, deixou clara a sua preocupação para que os gastos públicos decorrentes das medidas de salvação da economia não se tornem permanentes. "O buraco fiscal tão grande vai fazer a dívida crescer, mas isso tem que acontecer porque é uma situação de emergência, e a prioridade é a vida das pessoas. Temos que ter o cuidado de não transformar despesa temporária em despesa permanente. Tem que ficar restrito a este ano. Nenhum aumento deve contaminar anos seguintes. É um grande desafio, mas vamos conseguir."¹⁶

¹⁵ Live com Paulo Guedes – Banco BTG Pactual, em 20 de abril de 2020.

¹⁶ Live Apex, em 17 de abril de 2020.

Assim, é possível perceber uma certa aceitação de receituários heterodoxos por parte da equipe econômica do governo. Porém sempre com a premissa de um limite temporal. No entanto esse argumento (limite para gastos públicos, retorno a uma certa austeridade fiscal e reequilíbrio das contas públicas) não é unânime no debate econômico do momento.

Muitos economistas, políticos e analistas veem surgir o que se poderia chamar de uma nova economia, não apenas no Brasil, mas no mundo todo, onde o papel social e empresarial do Estado passaria a ter mais relevância. É nesse ponto que o ideário neoliberal, como política pública, começa a se fragilizar, pelo menos nos debates que ora se vislumbram.

Se, durante períodos de bonança, a presença do Estado na vida econômica das pessoas e das empresas pode ser incômoda para algumas percepções mais liberais, uma crise aguda como a que estamos passando força esses agentes a reverem alguns de seus princípios antes tão sagrados.

Um exemplo disso é a pouca preocupação dos analistas acerca do déficit público que virá após a crise. "Às favas (por ora!) a ortodoxia e os ajustes fiscais", como enfaticamente colocado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso¹⁷. Mônica de Bolle, economista com tendências liberais também se manifesta a respeito: "Isso é para pensar depois. Não é o momento de restringir forma de atuação por causa da dívida no futuro"¹⁸.

Quando questionados, os "experts" em crise, principalmente economistas, são unânimes em dizer que a retomada do crescimento demanda medidas de forte expansão fiscal. Não há remédio na cartilha liberal para o que estamos passando. O desafio que se coloca é: a expansão fiscal deverá se estender até quando? Por quanto tempo podemos manter um déficit em contas públicas?

Mansueto Almeida, ainda na live da Apex, faz um adendo interessante à questão da dívida pública: "Mais importante do que 'zerar' o déficit futuro, deve ser a trajetória de redução da dívida que vai ser criada agora, mesmo que ainda continuemos negativos em 2021, 2022, pois é esse o parâmetro de que o mercado gosta".

De outra forma: por mais expansionista que for nossa exposição fiscal, ela deve ter dia e hora para se recompor. E, pelo menos para os olhos da equipe econômica, ela deve estar acompanhada do retorno imediato das reformas estruturantes, principalmente a administrativa e a tributária e, não menos importante, das privatizações, tema do próximo artigo.

¹⁷ Entrevista com Fernando Henrique Cardoso, O Globo, em 5 de abril de 2020.

¹⁸ Programa Roda Viva entrevistando a economista e professora do Johns Hopkins University, Mônica de Bolle, em 20 de abril de 2020.

Impactos (para as MPEs)

> Pontos positivos

- Reformas estruturais consolidam a confiança do setor privado na gestão da economia. MPEs saem fortalecidas pela expectativa de poderem atuar em ambientes mais estáveis.
- Reforma tributária deve ter caráter desburocratizador, facilitando a vida das MPEs na medida em que reduz custos e complexidade de gestão.
- Onda de concessões e privatizações propicia oportunidade para MPEs nas cadeias de fornecimento.

> Pontos negativos

- Reformas não saem do papel e há desestímulo empresarial para novos investimentos.
- Reforma tributária ocorre, mas não atende aos interesses das MPEs, principalmente no que se refere à desburocratização.
- Privatizações e concessões são suspensas ou não atingem os objetivos desejados: verifica-se queda nas expectativas dos agentes econômicos.
- Reforma administrativa não avança e privilégios dos servidores públicos são mantidos, também contribuindo para redução das expectativas dos agentes econômicos.
- Agentes econômicos precisam ter expectativas otimistas. Esse é o principal fator de estímulo ao investimento.

Negócios (mercado)

> Oportunidades

- As reformas propiciam um novo ambiente de negócios. Com desburocratização e novos parâmetros tributários, estimula-se a criação de novas empresas.
- Possibilidade de atração de investimentos externos no Brasil, por causa das regras mais claras e transparentes, ampliando cadeias de produtos e serviços e dando oportunidade a diversas MPEs de participarem desse cenário positivo.

Negócios (mercado)

> Desafios

- A falta de regras claras de mercado, advindas das reformas estruturais necessárias, desestabiliza o mercado das MPEs.

> Dois cenários possíveis:

CENÁRIO POSITIVO

O retorno à normalidade social começa a ocorrer a partir de final de maio e se consolida até agosto em todo o Brasil.

O ânimo legislativo para o debate sobre as reformas é positivo.

As relações políticas entre Executivo e Legislativo estão bem encaminhadas.

O cenário da saúde pública pós-pandemia, das estatísticas de mortes e infecções e das consequências observadas sobre a economia como um todo não fugiu do previsto.

A pauta das reformas convive bem com as ações de caráter social e aumento dos gastos públicos que foram obrigatórios durante a pandemia.

Até o final do primeiro semestre de 2020 todos os encaminhamentos necessários para as privatizações e concessões foram estabelecidos.

A reforma tributária caminhou bem e deve ser aprovada em breve.

Já a reforma admirativa "patinou" no Congresso, principalmente por causa do forte lobby dos servidores. Mas, no computo geral, o saldo é positivo, por causa do avanço das demais pautas.

O Sistema S fica de fora das ações que visam a enxugar a máquina pública (mesmo que suas entidades não sejam totalmente públicas, mas paraestatais).

As fontes de receita direcionadas ao Sistema S em geral (e ao Sebrae, em particular) são mantidas ou caem em patamar aceitável.

Em 2021, a economia volta a crescer rápido (em que pese a queda abrupta do PIB no ano anterior) e, até o final do ano, os indicadores econômicos voltam todos à normalidade.

CENÁRIO NEGATIVO

Ainda em agosto não há previsão de quando toda a economia estará voltando à normalidade. Algumas regiões estão com seus estabelecimentos comerciais abertos. Mas outras, como Rio de Janeiro e São Paulo, não têm a menor condição de fazê-lo em curto prazo. Expectativas mais otimistas sugerem os meses entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021.

O ânimo legislativo para o debate sobre as reformas inexistente, pois ainda se discute a pandemia e seus efeitos.

Além disso, as divergências entre o presidente da República e governadores sobre a volta da normalidade econômica acirram-se e já refletem também no Congresso.

As eventuais tentativas de voltar o debate sobre reformas, concessões e privatizações são minadas por ameaças de impeachment.

Também contribui para a desidratação do debate a perspectiva de crescimento em "U" ou "W" da economia e queda do PIB maior do que se esperava (por exemplo, acima de 5%).

O Plano Pró-Brasil passa a ser a prioridade do governo federal, deixando a pauta das reformas em segundo plano e retirando parte do poder do ministro da Economia.

Num cenário de todo não ruim, avança-se nas concessões, com ênfase na área de saneamento básico e petróleo.

Considerando que a reforma tributária não avançou, o Sistema S pode entrar ainda mais na alça de mira do ministério da Economia, tendo que fazer concessões técnicas e repasses financeiros não previstos.

Com a lentidão da retomada da economia, o Sebrae sentirá o baque já a partir de janeiro de 2020. Podem ocorrer demissões em todo o sistema.

Fontes

Live da Apex com o professor Arilton Teixeira, o deputado federal Felipe Rigoni e o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, mediado por Vitor Casagrande, em 17 de abril de 2020.

Live do jornal Valor Econômico com Luiz Carlos Mendonça de Barros, engenheiro e economista, ex-presidente do BNDES e ex-ministro das Comunicações no governo FHC, em 17 de abril de 2020.

Live com Paulo Guedes – Banco BTG Pactual, em 20 de abril de 2020.

Programa Roda Viva entrevistando a economista e professora do Johns Hopkins University, Mônica de Bolle, em 20 de abril de 2020.

Revista Exame, de 22 de março de 2020. O que pode acontecer após o pico da pandemia de coronavírus passar?
O Globo, de 23 de março de 2020. A crise de saúde global está longe de terminar, por Fernando Eichenberg.

GGN online, de 24 de março de 2020. Manifesto para um programa emergencial de superação da crise econômico-sanitária de 2020, por professores do Departamento de Ciências Econômicas da UFRJ.

Revista Exame, de 1º de abril de 2020. Oito megatendências ecológicas para o mundo pós-coronavírus, por Alexandre Mansur.
Valor Econômico, de 17 de abril de 2020. Estado vai investir na recuperação pós-crise, por Claudia Safatle.

El País, 19 de abril de 2020. Bolsonaro endossa ato pró-intervenção militar e provoca reação de Maia, STF e governadores.

Depoimento de especialistas. Jornal GGN, em 20 de março de 2020. Como será o mundo pós-coronavírus?

Depoimento de especialistas, site GauchaZH, em 27 de março de 2020. Como fica o Brasil e qual o papel do Estado na nova ordem mundial pós-coronavírus?

Entrevista com Roberto Teixeira da Costa, Estadão, em 31 de março de 2020. Brasil pós-crise do coronavírus.

Entrevista com Fernando Henrique Cardoso, O Globo, em 5 de abril de 2020.

Entrevista com Luiz Carlos Bresser Pereira. UOL, em 19 de abril de 2020. País não tem presidente e devia emitir moeda na crise.

Entrevista com Reinaldo Le Grazie, Valor Econômico, em 20 de abril de 2020. Dólar a R\$ 5,20 é solução, diz Le Grazie.

Depoimento de Francisco Gaetani e Virgílio Almeida. Valor Econômico, em 20 de abril de 2020. Saídas digitais para a crise.

18.0

> Lei da Liberdade Econômica

Por João Vicente Pedrosa Moreira

A Lei da Liberdade Econômica (Lei n. 13.874, de 20 de setembro de 2019) foi promulgada com o objetivo de diminuir a intervenção estatal nas atividades econômicas brasileiras.

Ela assumiu um sentido ainda mais especial nos últimos dias por causa da pandemia do coronavírus, cujos efeitos sociais e econômicos estão sendo devastadores para toda a sociedade. Mas essa evidência que a lei ganhou não se deu pelo aspecto que mais chamou a atenção quando da sua promulgação (as diversas restrições à atuação fiscalizadora do Estado). O que ganha força agora é a possibilidade que ela concede para revisões contratuais em situações de excepcionalidade, como a que estamos vivendo em função da pandemia do novo coronavírus.

Sobre essa peculiaridade, Henrique Teles Vargas, advogado especialista em direito comercial comenta: "O atual momento enseja e dá legitimidade à revisão de diversos contratos, e, ao longo da história, a teoria da imprevisão ganha força nos tempos de crise. Em tempos de 'guerra' contra a Covid-19 não há dúvidas de que muitos contratos serão revistos, no entanto segue imprescindível a necessidade de existir uma inequívoca mudança substancial da base contratual, assim como a comprovação da impossibilidade de adimplemento. Acima de tudo, a fim de não levar ao Poder Judiciário uma avalanche de discussões jurídicas indecifráveis, deve prevalecer o bom senso nas negociações"¹⁹.

¹⁹ A pandemia ocasionada pelo coronavírus (Covid-19), a Lei da Liberdade Econômica e a teoria da imprevisão. A relação entre o momento, a doutrina e as recentes alterações legislativas – seus pontos de convergência, por Henrique Teles Vargas, em 5 de maio de 2020.

Algumas considerações sobre a teoria da imprevisão, citada anteriormente, que aqui se aplica à realidade pandêmica atual: "No sentido puramente técnico, portanto, tem-se que pandemias, guerras, grandes e globais depressões econômicas devem ser entendidas como eventos imprevisíveis, que impactam nas negociações privadas, elevando os custos envolvidos em todo e qualquer contrato, desequilibrando as prestações obrigacionais inicialmente entabuladas entre as partes e, assim, inviabilizando — ou ao menos sobrecarregando — a manutenção das avenças firmadas, na forma inicialmente imaginada" ²⁰.

Dessa forma, "a pandemia do coronavírus pode ser considerada como fato imprevisível, em matéria de contratos, e dar ensejo à teoria da imprevisão para resolver o contrato (art. 478 CC) ou apenas operar sua revisão com a modificação equitativa (art. 421²¹, parágrafo único, art. 421-A²² e, art. 479²³, ambos do Código Civil)" ²⁴.

²⁰ Pandemia do coronavírus, teoria da imprevisão e revisão de contratos, por Alexandre Faro, Elide B. de Lima e Luísa Maria Vieira, em 12 de abril de 2020.

²¹ Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.

²² Art. 421-A. Os contratos civis e empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção, ressalvados os regimes jurídicos previstos em leis especiais, garantido também que: (Incluído pela Lei n. 13.874, de 2019)

I - as partes negociantes poderão estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais e de seus pressupostos de revisão ou de resolução; (Incluído pela Lei n. 13.874, de 2019)

II - a alocação de riscos definida pelas partes deve ser respeitada e observada; e (Incluído pela Lei n. 13.874, de 2019)

III - a revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada. (Incluído pela Lei n. 13.874, de 2019)

²³ Art. 479. A resolução poderá ser evitada, oferecendo-se o réu a modificar equitativamente as condições do contrato.

²⁴ Teoria da imprevisão: coronavírus, por Carlos Alberto Moura Leite, em 23 de março de 2020.

Impactos: Cenários Sebrae (cliente, público-alvo)

> Pontos positivos

· A renegociação de contratos em função de imprevisibilidades passa a ter legitimidade em lei, contribuindo para que as micro e pequenas empresas possam dialogar em condições simétricas com seus contratantes e contratados.

· Com a lei, espera-se a redução de litígios na justiça, considerando um dos pilares que lhe deram sustentabilidade: o Princípio da Intervenção Mínima, privilegiando a autonomia da vontade das partes no momento de contratar.

> Pontos negativos

· Os limites da própria lei: na medida em que ela estimula a negociação entre as partes, em situações de contingência (como a que estamos presenciando), a assimetria de forças pode prejudicar o lado economicamente mais frágil, fazendo com que este recorra à intervenção do Judiciário, elevando seus custos de oportunidade.

· A Lei da Liberdade Econômica foi recentemente promulgada e ainda não passou pelo teste da sociedade. Não há como prever como se dará a relação entre as partes envolvidas que necessitam fazer renegociações de contratos.

Negócios (mercado)

> Oportunidades

· O Sebrae pode criar metodologias que facilitem a negociação entre as partes que precisam rever seus contratos, baseadas nos parâmetros da Lei da Liberdade Econômica.

> Desafios

· Crescente número de micro e pequenas empresas demandando apoio para renegociar contratos e dívidas.

Fontes

Pandemia do coronavírus, teoria da imprevisão e revisão de contratos, por Alexandre Faro, Elide B. de Lima e Luiza Maria Vieira, em 12 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-12/opiniao-pandemia-teoria-imprevisao-revisao-contratos>.

Teoria da imprevisão: coronavírus, por Carlos Alberto Moura Leite, em 23 de março de 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/322291/teoria-da-imprevisao-coronavirus>.

19.0

> Polarização da Política

Por João Vicente Pedrosa Moreira

Popularmente, a polarização política pode referir-se a "divergências de atitudes políticas entre extremos ideológicos. Essa divergência pode ser pública ou mesmo dentro de certos grupos" ²⁵. É possível considerar que o Brasil, nos últimos anos, tem vivido uma realidade bem ao estilo desse conceito, com consequências para além do campo político.

E nesse cenário, um novo ator veio a somar-se, o novo coronavírus. Por causa dele, a dita polarização política entre forças que se dizem conservadoras e progressistas tem ganhado novos contornos nos últimos meses.

Nesse embate que parece não ter fim, a sociedade sente-se desamparada e em busca de uma referência que possa orientá-la nessa cruzada por caminhos desconhecidos e incertos.

Grandes líderes são fundamentais em momentos assim. Uma das ações que deles se espera, quando à frente de um cenário tão adverso, é a busca por uma unidade nacional ampla em torno da qual os problemas e desafios possam ser dirimidos. Um grande líder deve clamar a todas as forças políticas, independentemente da ideologia, das crenças e dos valores que professam, para atuarem em torno de uma causa única. Não deve e não pode buscar o discenso. Também espera-se que, em determinadas situações, busque apoiar-se no que os especialistas dizem, para que as decisões tomadas sejam as mais coerentes e racionais possíveis.

²⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Polariza%C3%A7%C3%A3o_pol%C3%ADtica.

É certo que haverá discordâncias. Trata-se de algo inerente ao ambiente democrático. É como o líder age neste momento que moldará a sua atuação e o diferenciará dos demais.

Atualmente, prevalece nos debates políticos algo do tipo "nós contra eles", ou o certo (eu) contra o errado (você). E isso se reflete na baixa capacidade de diálogo entre atores que deveriam estar em constante interação, sempre com foco no bem-estar das pessoas.

Não se negocia com o Legislativo, afinal, como dizem alguns, o que deputados e senadores querem é continuar com as regalias e influências que sempre tiveram. Já para outros, não havendo cargos a serem preenchidos, a vida do Exeutivo realmente pode se tornar bastante difícil, principalmente nas votações que mais lhe interessam.

No Poder Judiciário, principalmente na sua cúpula, também recaem, de todos os lados do espectro político, as mais diversas acusações: falta de isenção, excesso de exposição midiática, pendores políticos explícitos etc. E a chamada "grande imprensa" é toda "comprada" e está repleta de "comunistas" ou "pelegos", a depender de quem faz a acusação.

Vê-se que há sempre uma justificativa plausível para os atos "polarizados".

O fato é que, num ambiente onde as pessoas estão a defender tão intransigentemente suas próprias ideias, e agora intensificado pela pandemia do novo coronavírus, o que ocorrer em 2020 moldará toda a política e a economia nos próximos anos. E, ironia do destino, a principal variável em jogo não necessariamente são os indicadores de emprego e renda, mas a vida ou a morte de milhares de brasileiros por uma causa microscópica que, ao menos até este momento, só fez contribuir para o acirramento e o distanciamento das nossas lideranças.

Fontes

Live com Paulo Guedes – Banco BTG Pactual, em 20 de abril de 2020.

O efeito voo de galinha na economia brasileira, 29 de março de 2017, por Antônio Carlos de Oliveira. Disponível em:
<https://diariodeuberlandia.com.br/coluna/378/o-efeito-voo-de-galinha-na-economia-brasileira>.

<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>.

http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/570660/RAF39_ABR2020_Apresentacao_pt.pdf?sequence=14&isAllowed=y

Live do jornal Valor Econômico com Luiz Carlos Mendonça de Barros, engenheiro e economista, ex-presidente do BNDES e ex-ministro das Comunicações no governo FHC, em 17 de abril de 2020.

Programa Roda Viva entrevistando a economista e professora do Johns Hopkins University, Mônica de Bolle, em 20 de abril de 2020.

Revista Exame, de 22 de março de 2020. O que pode acontecer após o pico da pandemia de coronavírus passar?

GGN online, de 24 de março de 2020. Manifesto para um programa emergencial de superação da crise econômico-sanitária de 2020, por professores do Departamento de Ciências Econômicas da UFRJ.

Revista Exame, de 1º de abril de 2020. Oito megatendências ecológicas para o mundo pós-coronavírus, por Alexandre Mansur.

Valor Econômico, de 17 de abril de 2020. Estado vai investir na recuperação pós-crise, por Claudia Safatle.

Depoimento de especialistas, Jornal GGN, em 20 de março de 2020. Como será o mundo pós-coronavírus?

Depoimento de especialistas, site GauchaZH, em 27 de março de 2020. Como fica o Brasil e qual o papel do Estado na nova ordem mundial pós-coronavírus?

Entrevista com Roberto Teixeira da Costa, Estadão, em 31 de março de 2020. Brasil pós-crise do coronavírus.

Entrevista com Reinaldo Le Grazie, Valor Econômico, em 20 de abril de 2020. Dólar a R\$ 5,20 é solução, diz Le Grazie.



Análise
da crise
e impactos
para os
pequenos
negócios

20.0

> Medicina, Pesquisa e Ciência

Por Izolina Passos Siqueira e Eduardo Rodrigo Donatelli Simoes

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (Covid-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

As medidas de proteção são as mesmas utilizadas para prevenir doenças respiratórias. Se uma pessoa tiver febre, tosse e dificuldade de respirar, deve procurar atendimento médico assim que possível e compartilhar o histórico de viagens com o profissional de saúde; deve lavar as mãos com água e sabão ou com desinfetantes para mãos à base de álcool; ao tossir ou espirrar, cobrir a boca e o nariz com o cotovelo flexionado ou com um lenço, em seguida, jogar fora o lenço e higienizar as mãos.

Os coronavírus são a segunda principal causa do resfriado comum (após rinovírus) e, até as últimas décadas, raramente causavam doenças mais graves em humanos do que o resfriado comum.

Há sete coronavírus humanos (HCoVs) conhecidos, entre eles o Sars-CoV (que causa síndrome respiratória aguda grave), o Mers-CoV (síndrome respiratória do Oriente Médio) e o Sars-CoV-2 (vírus que causa a doença Covid-19).

A pandemia de coronavírus (Covid-19) terá impactos significativos e ainda não completamente dimensionados sobre a sociedade. Trata-se de um evento inédito na história, dado que, no passado, epidemias parecidas se desenvolveram em um cenário de muito menor integração entre países, pessoas e densidade populacional.

Por se tratar de uma doença e de uma situação nova, as lacunas de informação e conhecimento ainda são muito grandes: taxas de letalidade, potencial de transmissão, tratamento, existência de outros efeitos ou sequelas no organismo dos que foram infectados. Todas essas informações ainda são preliminares.

Nesse momento, a produção científica é crucial para melhor compreender a doença e seus efeitos e buscar soluções. Pesquisadores e cientistas, no mundo todo, em muitos casos a partir de uma boa coordenação governamental, estão se mobilizando para estimar tanto os efeitos da doença sobre a saúde da população quanto os impactos econômicos e sociais dessa pandemia.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), por exemplo, tem coordenado e mapeado os esforços de pesquisa no mundo, reunindo cientistas no tema e identificando as prioridades de pesquisa neste momento.

Enquanto não for desenvolvida uma vacina para a Covid-19, a pandemia criará várias dificuldades para a população e impactos sérios na economia mundial, afetando de forma direta o emprego e a renda da maioria das famílias e empresas.

Espera-se que as estratégias até o momento utilizadas na tentativa de conter o avanço da contaminação – de caráter paliativas – possam ser eficazes para conter as mortes, de um lado, e as falências empresariais, de outro. A vacina é, pois, a saída definitiva para a crise, que não é de origem econômica, mas estendeu seus tentáculos para toda a sociedade.

Por outro lado, é inegável que as consequências da pandemia já começam a reduzir drasticamente a utilização de serviços e consumo neste momento, impactando fortemente os pequenos negócios tradicionais, devendo, inclusive, mudar os hábitos das pessoas para o futuro.

"Mesmo diante do rápido avanço da pandemia, ainda pouco se sabe sobre o arsenal farmacoterapêutico contra o Sars-CoV-2. Esse agente requer uma atenção peculiar porque, além da alta transmissibilidade, tem apresentado morbidade elevada que culmina em grande demanda de internação e risco de colapso dos sistemas de saúde. Apesar da falta de tratamentos com robusta base científica, alguns fármacos vêm ganhando destaque na comunidade científica."¹

¹ Texto extraído da Nota técnica Covid-19 25/2020 – Sesa.

Grupos farmacêuticos, laboratórios e cientistas, entre outros, estão numa corrida contra o tempo para desenvolver o tratamento eficaz e uma vacina contra a Covid-19.

Para chegar a uma vacina efetiva, os pesquisadores precisam percorrer diversas etapas. Entre elas, está a pesquisa básica, que é o levantamento do tipo de vacina que pode ser feita. Depois, passam para os testes pré-clínicos, que podem ser in vitro ou em animais, para demonstrar a segurança do produto. Em seguida, para os ensaios clínicos, que podem se desdobrar em outras quatro fases²:

Fase 1: feita em seres humanos, para verificar a segurança da vacina nesses organismos;

Fase 2: onde se estabelece qual a resposta imunológica do organismo (imunogenicidade);

Fase 3: última fase de estudo, para obter o registro sanitário;

Fase 4: distribuição para a população.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou no dia 24 de abril uma "colaboração emblemática" para acelerar o desenvolvimento, a produção e o uso de medicamentos, testes e vacinas seguros e eficazes para prevenir, diagnosticar e tratar a Covid-19.

Enquanto uma vacina não é desenvolvida, a busca por um remédio ainda é a maior esperança para reduzir a mortalidade, acelerar o tratamento e evitar que a pandemia faça mais vítimas. Até o momento, estão em estudos 200 medicamentos e 118 pesquisas sobre vacina.

Esses remédios são importantes porque, na maioria dos casos, o paciente morre não por causa do vírus, mas em razão da reação agressiva das células para combatê-lo, um processo conhecido como "tempestade de citocina"³.

Nesse sentido, a colaboração com as orientações dos órgãos oficiais da saúde, a prevenção e a mudança de hábitos com relação à higiene serão de grande valia para passarmos por essa crise de forma menos traumática possível.

² <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/24/vacina-contracoronavirus-e-testada-com-sucesso-em-macacos-diz-laboratorio-resultado-ainda-precisa-ser-validado.ghtml>.

³ <https://pfarma.com.br/coronavirus/5536-tempestade-citocina-covid19.html>.

Impactos: Cenários Sebrae (cliente, público-alvo)

> Pontos positivos

- Grandes oportunidades de crescimento do setor científico, médico, laboratorial, farmacêutico e industrial.
- Melhoria da infraestrutura e nos equipamentos do SUS, que deverão permanecer no sistema após debelada a Covid-19.
- Possibilidades de parcerias na cadeia produtiva da saúde (exemplo: redes hospitalares com fornecedores de equipamentos, limpeza, clínicas, prestação de serviços).
- Preservação da vida / pré-disposição para investimentos em áreas de cuidados pessoais (exemplo: atividades/ações ligadas à saúde e segurança do trabalhador).
- O consumo de bens e serviços deverá ser mais consciente.
- Novos valores que deverão afetar a cultura, o comportamento e os hábitos de consumo.
- Perspectivas para o melhor entendimento das relações do organismo humano com os vírus em geral e a Covid-19 em particular e, conseqüentemente, o desenvolvimento de vacinas e novos medicamentos/tratamentos.
- Possibilidade do aprimoramento do tratamento e da prevenção também de outras enfermidades.
- Potencialização e aprimoramento pela integração de diferentes centros médicos e de pesquisa trabalhando com o mesmo objetivo.
- Potencialização de investimentos em pesquisas para o desenvolvimento na área da saúde (Biomédica / Farmacologia / Medicina).

Impactos: Cenários Sebrae (cliente, público -alvo)

> Pontos negativos

- Falta de recursos para investimento em pesquisas e desenvolvimento de novos serviços e produtos.
- Ausência de políticas públicas específicas para investimento em pesquisas e desenvolvimento de novos serviços e produtos.
- Falta de capital próprio e linhas de crédito específicas para investimento em pesquisas e desenvolvimento de novos serviços e produtos.
- PIB negativo como consequência da pandemia.
- Diminuição do consumo de bens e serviços tradicionais devido ao isolamento social.
- O desemprego fará com que as pessoas desistam dos planos de saúde e sobrecarregarão o SUS.
- Medo e insegurança da população (retomada, emprego, economia).
- Várias empresas (MPEs) não possuem política corporativa de gestão de crises, deixando-as mais vulneráveis aos impactos socioeconômicos (as MPEs, em sua maioria, não dispõem desse mecanismo).

Negócios (mercado)

> Oportunidades

- Desenvolvimento do uso racional da telemedicina, tendo em vista a restrição do deslocamento das pessoas e profissionais.
- Produção da vacina de combate à Covid-19.
- Pesquisas com novas drogas e terapias (Hidroxicloroquina, Azitromicina, zinco, plasma).
- Desenvolvimento de novos materiais para a produção de EPIs e para a desinfecção de pessoas e ambientes.
- Uso de tecnologia (drones) para coleta e entrega de exames.
- Desenvolvimento de alimentos saudáveis e para uso hospitalar.
- Tendência para aceleração da transformação digital.
- Abertura de novos canais de venda, delivery e e-commerce.
- Produção local de equipamentos, acessórios e insumos no cuidado com a saúde (máscaras e álcool em gel, entre outros).
- Investimento e gestão de crises nas MPEs (consultorias / orientações / capacitações).
- Inovações e tecnologias na melhoria de produtos e serviços ligados à saúde.

Negócios (mercado)

> Desafios

- Cadeia de suprimentos escassa.

- Manutenção e incremento da integração de diferentes áreas da Medicina e da pesquisa (Fisiologia, Farmacologia e Clínica) e entre diferentes centros de pesquisa, visando ao desenvolvimento para o tratamento e prevenção da Covid-19 e outras viroses análogas.

- Manutenção da melhoria das condições da infraestrutura e materiais/equipamentos, criadas para o combate à Covid-19 no SUS.

- Saúde Digital (telemedicina, teleconsulta).

- Treinamento de equipes para novas formas de atendimento.

- Implantação de logística para entrega e revisão de custos (novos negócios, segurança etc.).

- Revisão da estrutura organizacional das empresas.

- Readequação de funções com menos pessoas e nova maneira de trabalhar com ênfase em videoconferências, informações on-line etc.

- Desejo de voltar à vida normal (consumir / divertir-se).

- Ter as lições aprendidas e saber usá-las (novo momento).

- Seguir as orientações do isolamento social e os cuidados com a saúde.

- Orientação para procedimentos padrão para controle de saúde e boas práticas para trabalhadores (comércio / serviço / indústria).

- Ter equipamentos de proteção individual (EPIs) para profissionais de saúde disponíveis e a preços acessíveis.

- Concentrar em medidas preventivas que permitam mais segurança para começar a mudar o presente e o futuro, para o coronavírus e qualquer outra eventualidade.

- Ter orientações claras e objetivas, pois ainda há dúvidas sobre o vírus (contágio, sintomas, tratamento).

- Manter o índice de isolamento social nos parâmetros recomendados pela OMS, ou seja, próximo aos 70%.

Fontes

Pesquisa do G5 (TWF/Competence e Sunband).

Estudo KPMG.

<http://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/182-corona>.

https://bit.ly/BoletimDiarioldeies_Coronavirus.

https://bit.ly/Painel_COVID19ES.

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875.

<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#hospitais-referencia>.

<http://findes.com.br/wp-content/uploads/2020/05/N%C2%B0-56-11.05.2020-v1.pdf>.

<https://coronavirus.es.gov.br/Media/Coronavirus/NotasTecnicas/NOTA%20TECNICA%20COVID.19%20N.%2025.20%20Tratamento%20Farmacologico%20V2.pdf>.

<https://g1.globo.com/agenda-do-dia/noticia/2020/04/24/24-de-abril-sexta-feira.ghtml>.

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/24/ultimas-noticias-de-coronavirus-de-24-de-abril.ghtml>.

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/24/vacina-contracoronavirus-e-testada-com-sucesso-em-macacos-diz-laboratorio-resultado-ainda-precisa-ser-validado.ghtml>.

<http://www.portaldaindustria-es.com.br/publicacao/422-novo-painel-de-acompanhamento-da-covid-19-para-o-espirito-santo-brasil-e-mundo>.

<https://exame.abril.com.br/revista-exame/a-corrída-pela-cura/>.

<http://www.mctic.gov.br/mctic/opencvms/busca.html>.

<https://amazonia.fiocruz.br/?p=31323>.

<https://milkeninstitute.org/covid-19-tracker>.

<https://pfarma.com.br/coronavirus/5536-tempestade-citocina-covid19.html>.

<https://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/04/2020/estudo-mostra-que-indice-de-isolamento-social-no-es-esta-abaixo-do-recomendado-por-especialistas>.

Boletim de Impacto da COVID – 19 nos pequenos negócios / SEBRAE

[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c4b53fae22d3a8242c58bf17ef281c01/\\$File/19476.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c4b53fae22d3a8242c58bf17ef281c01/$File/19476.pdf).

<https://mapabrasileirodacovid.inloco.com.br/pt/>.

<https://www.aquinoicias.com/2020/05/indice-de-isolamento-social-no-es-permanece-abaixo-de-50-veja-numeros-por-regiao/>.

21.0

> A curva da Pandemia no Espírito Santo

Por Eduardo Rodrigo Donatelli Simoes e João Vicente Pedrosa Moreira

Toda pandemia tem um início, um pico e uma fase final, podendo extinguir-se completamente ou manter um número mais ou menos estável de casos ao longo de um determinado tempo. O comportamento que a Covid-19 vai tomar nos próximos meses ainda é uma incógnita. Assim, é fundamental nos mantermos bem informados sobre todos os fatos e acontecimentos que dizem respeito a essa doença.

Epidemiologistas e autoridades da saúde mantêm o foco na fase de crescimento da contaminação, pois isso permite projetar o pico da doença e como ela poderá atingir a população. Se o crescimento inicial for íngreme demais, o número de casos pode rapidamente ultrapassar a capacidade de atendimento do sistema de saúde, levando-o ao colapso.

Além disso, os especialistas ressaltam a importância de seguir as orientações para prevenção à Covid-19, realizando frequentemente a higienização das mãos com água e sabão ou álcool e com a utilização de máscaras e evitando aproximação física e aglomerações.

Em adição às medidas de higienização pessoal, as informações sobre a evolução da curva da doença são fundamentais para tomadas de decisões por parte das autoridades, possibilitando medidas desde o fechamento parcial do comércio até as mais extremas, como o lockdown¹.

¹ Termo utilizado para o fechamento total do comércio.

O Covid-19 no Espírito Santo

Não compete a este artigo registrar o quantitativo de pessoas contaminadas, curadas ou que faleceram em função da pandemia. São números que mudam a cada dia, e outras fontes oficiais são mais apropriadas para esse fim. No estado, é possível verificar a evolução da doença, além de outras informações e orientações, pelo portal <https://coronavirus.es.gov.br/>.

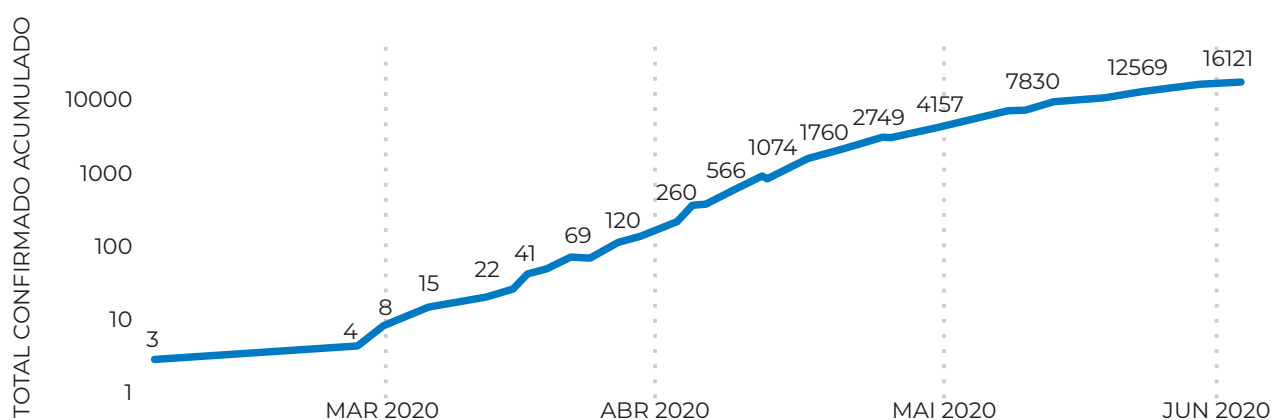
A Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes), por meio do Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies), também disponibiliza boletins diários com as últimas estatísticas sobre a epidemia². Mas é possível comentarmos um pouco sobre o que está sendo feito no estado na tentativa de debelar essa terrível enfermidade.

Por aqui, diversas são as medidas tomadas pelas autoridades estaduais e municipais. Destacam-se as barreiras sanitárias adotadas pelo governo do estado na prevenção à disseminação do novo coronavírus, que já abordaram cerca de 360 mil pessoas. O trabalho, iniciado em março, conta com pontos de abordagem nas principais rodovias. Durante a ação, a equipe aferi a temperatura de motoristas e passageiros abordados, que também respondem a um questionário sobre local de origem e se apresentam algum sintoma da doença³. Também os hospitais públicos e privados estão preparados para atender os casos mais graves.

Mas, se, por um lado, o trabalho das autoridades no combate epidemiológico é diuturno, por outro, os desafios estão somente no começo. O gráfico a seguir mostra o número de casos no estado até o dia 3 de junho deste ano. O que se destaca é o comportamento da curva. Até essa data, ainda não é possível falar em "achatamento", ou seja, uma eventual redução relativa no número de novos casos.

² <https://findes.com.br/wp-content/uploads/2020/03/N%C2%B0-58-13.05.2020-v1.pdf>.

³ <https://coronavirus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/mais-de-360-mil-abordagens-realizadas-na-operacao-barreiras>.



Fonte: <https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>.

É uma realidade nacional, sem dúvida. Em nenhuma região do país os indicadores de novos casos e de falecimentos já começaram a apresentar um viés negativo. As estimativas de quando isso ocorrerá são as mais diversas, e vão de julho –mais otimistas – até dezembro ou mesmo nos primeiros meses de 2021.

Neste momento em que se discute e decide sobre abertura do comércio, mesmo que gradativa e com medidas de segurança severas, é importante considerar o comportamento de alguns indicadores da pandemia no Espírito Santo, quando a análise se dá sob o ponto de vista relativo, baseado na população do estado.

Incidência e total de casos confirmados de COVID-19 por UF

	INCIDÊNCIA (POR 100 MIL/HAB)	Nº CASOS
AP	1.242,83	10.511
AM	1.042,20	43.195
AC	733,05	6.465
RR	635,56	3.850
CE	581,12	53.073
MA	517,63	36.625
PA	478,99	41.207
ES	377,02	15.151
DF	373,62	11.256
PE	371,52	35.508
PB	369,80	14.859
AL	346,40	11.559
SE	328,64	7.555
RJ	328,60	56.732
RO	308,18	5.477
TO	285,02	4.483
SP	257,62	118.295
RN	234,77	8.233
PI	168,25	5.506
BA	144,09	21.430
SC	134,83	9.660
RS	87,18	9.919
MT	77,75	2.709
GO	62,34	4.377
MS	59,23	1.646
MG	51,68	10.939
PR	45,15	5.163

Taxa de letalidade e óbitos por COVID-19 por UF

	TAXA DE LETALIDADE	Nº CASOS	
RJ	10,02	5.686	
PE	8,26	2.933	
PA	7,38	3.040	
SP	6,76	7.994	
CE	6,45	3.421	
AM	4,87	2.102	
ES	4,38	664	
AL	4,17	482	
RN	4,14	341	
PR	BRASIL 5,6	3,85	199
GO	3,45	151	
BA	3,43	736	
PI	3,27	180	
RO	3,14	172	
RR	3,12	120	
MA	2,72	997	
MG	2,64	289	
MT	2,58	70	
AC	2,55	165	
PB	2,55	379	
RS	2,47	245	
SE	2,28	172	
AP	2,25	237	
TO	1,76	19	
DF	1,57	177	
SC	1,53	148	
MS	1,22	20	

Fonte: https://findes.com.br/wp-content/uploads/2020/06/N%C2%BA-78-02.06.2020_v1.pdf.

Sebrae Espírito Santo

EMERGÊNCIA 50% ACIMA DO VALOR NACIONAL
ATENÇÃO ENTRE O VALOR NACIONAL E 50% ACIMA
ALERTA ABAIXO DO VALOR NACIONAL

De acordo com o gráfico, referente aos primeiros dias de junho, e considerando termos a 13ª população entre os estados⁴, somos o oitavo entre as unidades da Federação com maior incidência de Covid-19, com uma taxa de 377,02 por mil habitantes, à frente de estados maiores, como São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro.

Nossa taxa de letalidade também é preocupante: 4,38 por mil, o que nos coloca na sétima posição entre os estados.

Em que pese possuímos uma estrutura pública de atendimento bem organizada, que até essa data (início de junho de 2020) não apresentava sinais de colapso, eventuais aberturas seletivas do comércio e serviços devem ser acompanhadas diariamente pelas autoridades para que não haja uma sobrecarga crítica sobre a ocupação de leitos em UTIs e enfermarias nos hospitais capixabas⁵.

Em resumo, ainda precisamos ter todos os cuidados possíveis para evitar que essa doença se alastre ainda mais, até uma vacina resolver definitivamente o problema. Pois, se algo pode ser entendido como inquestionável no que se refere à Covid-19 – em um contexto de tantas dúvidas –, é que ainda não atingimos o ponto máximo em casos e em mortes. O desafio constante que temos é nos embasar em dados corretos e saber fazer as devidas leituras deles.

⁴ IBGE estimativa para 2019.

⁵ Até a data de finalização deste artigo (02/06/20) a taxa de ocupação geral dos leitos de UTI e enfermaria no Estado do Espírito Santo era de 82,44%.



 0800 570 0800  es.sebrae.com.br  [facebook/sebraees](https://facebook.com/sebraees)  [@sebraees](https://twitter.com/sebraees)